



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015



Março/2016



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e suas alterações, da Decisão Normativa TCU nº 146/2015 e da Portaria TCU nº 321/2015.

Brasília / 2016

LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES

AUDIN – Auditoria Interna
AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem
BADOC – Banco de Docentes
CIV – Curso de Ingresso e Vitaliciamento
CONAD – Conselho de Administração
EAD – Educação à Distância
ESMPU – Escola Superior do Ministério Público da União
FAAP - Fundação Armando Alvares Penteado
GESTO - Grupo de Gestão Socioambiental
IES – Instituição de Ensino Superior
MEC – Ministério da Educação
MPDFT - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
MPF – Ministério Público Federal
MPM - Ministério Público Militar
MPT – Ministério Público do Trabalho
MPU – Ministério Público da União
OCI - Órgão de Controle Interno
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PETI – Plano Estratégico de Tecnologia da Informação
PGR – Procuradoria-Geral da República
PLS - Plano de Logística Sustentável (PLS)
PNE – Portador de Necessidades Especiais
PPA – Plano Plurianual
PRT – Procuradoria Regional do Trabalho
SA - Secretaria de Administração
SEDUC – Secretaria de Infraestrutura e Logística Educacional
SEPLAN – Secretaria de Planejamento
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIG - Sistema Integrado de Gestão
SING – Sistema de Inscrição e Seleção.
SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SISAC- Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SOF – Secretaria de Orçamento Federal
SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União.
STI - Secretaria de Tecnologia da Informação
TCU – Tribunal de Contas da União
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionária
UPC – Unidade Prestadora de Contas

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

<i>Tabela 1 - Notícias publicadas no portal da ESMPU</i>	55
<i>Tabela 2 - Edições do programa espaço debate</i>	56
<i>Tabela 3 - Videoaulas publicadas em 2015</i>	56
<i>Tabela 4 - Manifestações dos cidadãos pelo SIC</i>	57
<i>Figura 1 - Notícias publicadas no portal da ESMPU</i>	56
<i>Figura 2 - Manifestações dos cidadãos pelo SIC</i>	57
<i>Quadro 1- Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</i>	8
<i>Quadro 2 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas</i>	10
<i>Quadro 3 – Macroprocessos Finalísticos</i>	13
<i>Quadro 4 - Descrição sintética dos objetivos do exercício</i>	16
<i>Quadro 5 – Projetos concluídos em 2015</i>	19
<i>Quadro 6 – Ação/Subtítulos – OFSS</i>	21
<i>Quadro 7 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios</i>	31
<i>Quadro 8 – Despesas por modalidade de contratação – Execução Total</i>	32
<i>Quadro 9 – Despesas por modalidade de contratação – Execução Direta pela ESMPU</i>	33
<i>Quadro 10 – Despesas por grupo e elemento de despesa – Execução Total</i>	34
<i>Quadro 11 - Despesas por grupo e elemento de despesa – Direta pela ESMPU</i>	36
<i>Quadro 12 - Concessão de Suprimentos de Fundos</i>	38
<i>Quadro 13 – Utilização de suprimento de fundos</i>	38
<i>Quadro 14 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência</i>	38
<i>Quadro 15 - Bens e Serviços Demandados</i>	45
<i>Quadro 16 - Necessidades de treinamentos</i>	48
<i>Quadro 17 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ</i>	52
<i>Quadro 18 – Força de Trabalho da UPC</i>	77
<i>Quadro 19 – Distribuição da Lotação Efetiva</i>	78
<i>Quadro 20 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC</i>	78
<i>Quadro 21– Despesas do pessoal</i>	80
<i>Quadro 22 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade</i>	81
<i>Quadro 23 - Composição do Quadro de Estagiários 2015</i>	83
<i>Quadro 24 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial da ESMPU</i>	84
<i>Quadro 25 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional</i>	84
<i>Quadro 26 - Principais sistemas de informações</i>	84
<i>Quadro 27 – Deliberações do TCU atendidas</i>	88
<i>Quadro 28 - Tratamento de recomendações do OCI</i>	89

SUMÁRIO

1	VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	8
1.1	FINALIDADE E COMPETÊNCIAS.....	8
1.2	NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE.....	8
1.3	AMBIENTE DE ATUAÇÃO	9
1.4	ORGANOGRAMA.....	10
1.5	MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	13
2	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL14	
2.1	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	14
2.1.1	<i>Descrição sintética dos objetivos do exercício</i>	<i>15</i>
2.1.2	<i>Estágio de implementação do planejamento estratégico.....</i>	<i>17</i>
2.1.3	<i>Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....</i>	<i>17</i>
2.2	FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS.....	20
2.3	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO.....	20
2.3.1	<i>Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados</i>	<i>21</i>
2.3.2	<i>Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....</i>	<i>21</i>
2.3.3	<i>Fatores intervenientes no desempenho orçamentário</i>	<i>29</i>
2.3.4	<i>Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....</i>	<i>30</i>
2.3.5	<i>Execução descentralizada com transferência de recursos</i>	<i>31</i>
2.3.6	<i>Informações sobre a execução das despesas.....</i>	<i>32</i>
2.3.7	<i>Concessão de Suprimentos de Fundos</i>	<i>38</i>
2.4	DESEMPENHO OPERACIONAL.....	39
2.5	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO.....	39
3	GOVERNANÇA	50
3.1	DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	50
3.2	ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	52
3.3	ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS.....	52
3.4	GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	52
4	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	54
4.1	CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO.....	54
4.2	AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS.....	57
4.3	MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	57
4.4	MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	58
5	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	59
5.1	TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	59
5.2	SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE	60
5.3	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	60
6	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	76
6.1	GESTÃO DE PESSOAS.....	76
6.1.1	<i>Estrutura de pessoal da unidade.....</i>	<i>77</i>
6.1.2	<i>Demonstrativo das despesas com pessoal.....</i>	<i>80</i>
6.1.3	<i>Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal</i>	<i>81</i>
6.1.4	<i>Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....</i>	<i>81</i>
6.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA.....	84
6.2.1	<i>Gestão do patrimônio imobiliário da União.....</i>	<i>84</i>
6.3	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	84
6.3.1	<i>Principais sistemas de informações</i>	<i>84</i>
6.3.2	<i>Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI</i>	<i>85</i>
6.4	GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.....	86

6.4.1	<i>Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras</i>	87
7	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	88
7.1	TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	88
7.2	TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	89
7.3	DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993	100
7.4	INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	100
8	RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO	101
9	DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE	102
9.1	INTEGRIDADE E COMPLETUDE DAS INFORMAÇÕES DOS CONTRATOS E CONVÊNIOS NOS SISTEMAS ESTRUTURANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.....	102
9.2	INTEGRIDADE E COMPLETUDE DOS REGISTROS DE INFORMAÇÕES NO SISTEMA DE APRECIÇÃO E REGISTRO DOS ATOS DE ADMISSÃO E CONCESSÕES	103
9.3	INTEGRIDADE E COMPLETUDE DO ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DA LEI 8.730/1993 QUANDO À ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS	104
9.4	INTEGRIDADE DOS REGISTROS DAS INFORMAÇÕES NO SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO.....	105
9.5	DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL.....	106
9.6	DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE A FIDEDIGNIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL – SIAFI	107

APRESENTAÇÃO

A Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) foi criada em 1998 pela Lei nº 9.628. É uma instituição federal da Administração Direta, vinculada diretamente ao Procurador-Geral da República. Configura-se como um ente de direito público de natureza jurídica autônoma, conforme dispõe o art. 172 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com redação dada pelo Decreto-Lei nº 900, de 29 de setembro de 1969.

Foi instalada no dia 14 de junho de 2000, com foro e sede na Avenida L2 Sul, Quadra 604, Lote 23, na cidade de Brasília, Distrito Federal. Seu Regimento Interno foi aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 905, de 16 de dezembro de 2013, e alterado pela Portaria PGR/MPF nº 78, de 22 de outubro de 2014.

A ESMPU é dotada de autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didática e disciplinar compatível com a sua personalidade jurídica, de acordo com os seus atos constitutivos e legislação vigente.

Promove cursos de especialização, de aperfeiçoamento e de extensão, em busca de intercâmbio de informações com vistas à profissionalização de membros e servidores do Ministério Público da União (MPU). É responsável pela realização dos cursos de ingresso e vitaliciamento e cursos necessários para promoção de membros do MPU, atividades criadas por exigência da Emenda Constitucional nº 45/2004. Apoia projetos de pesquisa científica propostos e conduzidos por membros e servidores que tenham como objetivo abrir canais de diálogo e melhorar a resposta do MPU à sociedade, com ações desenvolvidas em parceria com órgãos públicos, organizações não-governamentais e outras instituições. O saber produzido pelos integrantes do Ministério Público da União é disseminado nas publicações da Escola (Boletim Científico e a série Manual de Atuação, dentre outras).

O relatório a seguir apresenta as principais realizações da ESMPU no exercício de 2015, bem como a prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal.

1 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

1.1 Finalidade e competências

Os objetivos da Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU estão elencados no artigo 3º da Lei nº 9.628, de 14 de abril de 1998:

- I. Iniciar novos integrantes do Ministério Público da União no desempenho de suas atribuições institucionais;
- II. Aperfeiçoar e atualizar a capacitação técnico-profissional dos membros e servidores do Ministério Público da União;
- III. Desenvolver projetos e programas de pesquisa na área jurídica;
- IV. Zelar pelo reconhecimento e a valorização do Ministério Público como instituição essencial à função jurisdicional do Estado.

As finalidades básicas da ESMPU são as descritas no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI):

- I. A oferta de formação continuada e especializada;
- II. O incentivo e o desenvolvimento de projetos e programas de pesquisa;
- III. A estrutura organizacional racional e adequada às suas peculiaridades e objetivos institucionais;
- IV. A integração entre os quatro ramos do MPU.

A Escola Superior do Ministério Público da União tem como missão:

“Facilitar o contínuo aperfeiçoamento dos membros e servidores do MPU para uma atuação profissional e eficaz, com vistas ao cumprimento de suas funções institucionais.”

1.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade

Quadro 1- Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada
Lei nº 9.628, de 14 abril de 1998, cria a Escola Superior do Ministério Público da União e dá outras providências.
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada
Normas em vigor que estabelecem a estrutura orgânica no período de gestão sob exame: Portaria PGR nº 686, de 19/12/2011: remaneja cargos em comissão e funções de Confiança, da Procuradoria Geral da República, para a Escola Superior do Ministério Público da União; Portaria PGR nº 247, de 16/5/2012; Lei nº 13.032, de 24/09/2014: cria o quadro de pessoal, os cargos efetivos, os cargos em comissão e as funções de confiança da Escola Superior do Ministério Público da União, e dá outras providências.
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada
Portaria PGR/MPU nº 905, de 16/12/2013, aprova o Regimento Interno da ESMPU; Portaria PGR/MPU n.78, de 22/10/2014, aprova nova redação do Regimento Interno.

1.3 Ambiente de atuação

A Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) é órgão público federal, diretamente vinculado ao Procurador-Geral da República. As ações de capacitação são conduzidas pela ESMPU em consonância com as necessidades apontadas pelos ramos do Ministério Público da União e concentram esforços para elevar o nível de eficiência no trabalho, tendo como base a formação continuada.

Conforme exposto no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a ESMPU busca ir além do papel que lhe preconizam a Emenda Constitucional nº 45/2004 e a Lei nº 11.415 de 15/12/2006 – que atrelam a progressão funcional e promoção dos membros e servidores na carreira a cursos de aperfeiçoamento. Pretende estruturar suas ações de apoio aos membros e servidores do MPU para o fortalecimento de práticas individuais e coletivas em favor da promoção, proteção, defesa, e também da reparação das violações, de modo a formar uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, ético e político, considerando os princípios da cidadania, participação, respeito à diversidade sociocultural, autonomia do sujeito, dignidade humana, indignação, capacidade ativa de solidariedade, interatividade social e transversalidade, tendo o Direito como fio condutor da interdisciplinaridade idealizada.

A produção e a forma de disseminação do conhecimento têm como objetivo guardar estreita relação com as demandas locais, regionais e nacionais, conforme sua destinação constitucional. Existe uma relação direta entre as atividades desenvolvidas pela Escola, os setores públicos e produtivos, as instituições sociais, culturais e educativas, além de uma política de formação de pesquisadores e de educadores para o ensino.

O foco das ações educacionais da ESMPU, antes centrado em atividades de extensão – como seminários, simpósios e congressos –, voltou-se, a partir de 2011, aos cursos de aperfeiçoamento, com carga horária geralmente superior à das atividades de extensão. Buscou-se a capacitação que aprimore o saber, visando à melhoria contínua do desempenho nas funções institucionais e gerando melhor qualificação do quadro do MPU. Os cursos de aperfeiçoamento da área administrativa são oferecidos, prioritariamente, na modalidade a distância.

O desenvolvimento de projetos e programas de pesquisa que abordem temas de relevante interesse do MPU além de ser um dos pilares fundamentais de uma instituição de ensino é, também, para a Escola, um dos quatro objetivos consignados em sua Lei de criação. Os projetos de pesquisa são voltados à inovação e ao aperfeiçoamento das ações finalísticas do MPU, portanto, são pesquisas aplicadas, conduzidas ao longo da existência da Escola. A proposição pode ser feita por membros e servidores em atividade no MPU, de forma individual ou coletiva, de acordo com regulamento próprio. Esses projetos têm como objetivos o desenvolvimento e a capacitação do corpo funcional do Órgão, bem como o incentivo à produção de conhecimento jurídico e à promoção da interdisciplinaridade com outras áreas do saber. O objeto da Pesquisa Científica Aplicada (PCA) deve ser correlato a temas de interesse institucional, tais como assuntos relacionados às diversas áreas do Direito ou à natureza, história e estudo de caso dos órgãos ligados, direta ou indiretamente, ao Ministério Público da União.

As publicações da ESMPU visam reunir e disseminar conhecimentos relevantes para todos os ramos do Ministério Público da União, produzidos por seus membros ou servidores, assim como por colaboradores. Dessa forma, publica e divulga boletins científicos, resenhas, dissertações e teses acadêmicas, com ênfase na área jurídica.

A ESMPU também celebra acordos de cooperação com diversas instituições, incluindo as internacionais, com o objetivo de estimular o intercâmbio em áreas de interesse mútuo. Busca-se o aprimoramento do quadro, bem como o apoio a atividades relacionadas com as mais diversas áreas de atuação do MPU.

Em síntese, a ESMPU apresenta-se no cenário da Administração Pública, desde a sua instalação, como um espaço aberto ao debate, ao diálogo e à profissionalização. Nesse sentido, busca contribuir para a promoção da ética e da cidadania, para a consolidação da democracia e para a redução das desigualdades. Para isso, sua atuação tem como referenciais a inclusão, o desenvolvimento social, bem como o desenvolvimento econômico da região. Seu trabalho é comprometido com a qualidade dos seus cursos, programas e projetos, objetivando os conhecimentos necessários para proporcionar aos discentes uma atuação institucional mais efetiva.

1.4 Organograma

Quadro 2 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
1. Administração Superior	Gerir as atividades da ESMPU e estabelecer diretrizes e normas para aplicação de recursos financeiros disponíveis; avaliar a organização, o funcionamento dos serviços administrativos e o resultado dos recursos financeiros aplicados; deliberar sobre admissão e dispensa do corpo docente; conhecer e decidir recursos contra atos do Diretor-Geral, do Diretor-Geral Adjunto, de membros do Conselho e dos Coordenadores de Ensino.	1. Luciano Mariz Maia (MPF)	Conselheiro	11/02/2015 a 31/12/2015
1.1. Conselho Administrativo		2. Gisele Santos Fernandes Góes (MPT)		
		3. Ricardo de Brito Albuquerque Pontes Freitas (MPM)		
		4. Dicken William Lemes Silva (MPDFT)		
1.2. Diretoria-Geral	Exercer as funções de gestão e subsidiar o Conselho Administrativo na tomada de decisões.	Carlos Henrique Martins Lima	Diretor-Geral	01/01/2015 a 31/12/2015
1.2.1. Assessoria Jurídica	Emitir parecer jurídico e assistir a Administração Superior em procedimentos administrativos ou judiciais que envolvam matéria pertinente à ESMPU.	José Bernardino Nunes da Silva	Assessor-Chefe	01/01/2015 a 05/04/2015
		Deborah Sarah Dias Leão	Assessora-Chefe	06/04/2015 a 31/12/2015
1.2.2. Assessoria de Comunicação	Orientar a Administração Superior nas atividades de comunicação social, produzir e divulgar material informativo sobre as atividades da ESMPU.	Carolina Soares dos Santos	Assessor-Chefe	01/01/2015 a 22/11/2015
		Graziane Madureira Baptista		23/11/2015 a 31/12/2015
1.2.3. Gabinete	Organizar a agenda e prestar assistência à Diretoria-Geral.	José Bernardino Nunes da Silva	Chefe de Gabinete	06/04/2015 a 31/12/2015
1.3. Coordenações de Ensino	Supervisionar a elaboração e a execução do Plano de Atividades do respectivo ramo do MPU e participar de sessões do CONAD como representantes do Corpo Docente.	1. Bruno Freire de Carvalho Calabrich (MPF)	Coordenador de Ensino	01/01/2015 a 31/12/2015
		2. Renata Coelho Vieira (MPT)	Coordenador de Ensino	11/02/2015 a 31/12/2015
		3. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues (MPM)	Coordenador de Ensino	11/02/2015 a 31/12/2015
		4. Luisa de Marillac Xavier dos Passos Pantoja (MPDFT)	Coordenador de Ensino	27/02/2015 a 31/12/2015

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
2. Outros Órgãos Colegiados: 2.1. Câmara de Desenvolvimento Científico	Discutir sobre cenários e temas relevantes para a capacitação dos integrantes do MPU e propor a política institucional no que tange a projetos de pesquisa científica aplicada.	1. Antonio Pereira Duarte (PJM/Juiz de Fora – MG) 2. Gladaniel Palmeira de Carvalho (MPDFT) 3. Gregório Assagra de Almeida (Jurista) 4. João Batista Berthier (PRT 1ª Região – RJ) 5. João Carlos de Carvalho Rocha (PRR4) 6. José Francisco Rezek (Jurista) 7. Luis Antônio Camargo de Melo (PGT)	Membro efetivo	Mandato de 2 anos, a partir do 2º semestre de 2012 (Em 2015 a Câmara de Desenvolvimento Científico esteve com suas atividades suspensas)
2.2. Câmara Editorial	Examinar o conteúdo e a forma dos projetos de publicações de caráter científico, sua pertinência às linhas editoriais da ESMPU, e propor a modalidade e a prioridade de publicação e tiragem da obra.	1. Afonso de Paula Pinheiro Rocha (PTM/Mossoró – RN) 2. Antonio do Passo Cabral (PR/RJ) 3. Antônio Henrique Graciano Suxberger (MPDFT) 4. José Antonio Vieira de Freitas Filho (PRT1 – RJ) 5. Maria Rosynete de Oliveira Lima (MPDFT) 6. Otávio Augusto de Castro Bravo (PJM/Rio – RJ) 7. Ricardo de Brito Albuquerque Pontes Freitas (PJM/Recife – PE) 8. Robério Nunes dos Anjos Filho (PRR3) 9. Helder Santos Amorim (PRT3 – MG) 10. José Cláudio Monteiro de Brito Filho (PRT) 11. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen (PRR3) 12. Marcello Paranhos de Oliveira Miller (PR/RJ) 13. Maria Anaídes do Vale Siqueira Soub (MPDFT) 14. Rejane Batista de Souza Barbosa (PJM/Curitiba – PR) 15. Selma Pereira de Santana (PJM/Salvador – BA)	Membro efetivo	01/01/2015 a 31/12/2015
3. Secretaria de Planejamento e Projetos	Articular as ações sistêmicas de integração institucional da ESMPU e propor e avaliar planos, programas e projetos estratégicos e operacionais.	Volker Egon Bohne	Secretário	29/12/2011
4. Secretaria de Infraestrutura e Logística Educacional	Supervisionar o registro acadêmico; o desenvolvimento da produção editorial e gráfica; o serviço de biblioteca; e a infraestrutura e a logística das atividades acadêmicas	Nelson de Sousa Lima	Secretário	29/12/2011

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	e de eventos institucionais.			
5. Secretaria de Administração	Gerenciar as atividades relacionadas a planejamento e gestão orçamentária e financeira, ordenação de despesas e, gestão de: pessoas; serviços administrativos; compras e contratações; material e patrimônio; obras e serviços de engenharia.	Sonia Márcia Fernandes Amaral	Secretária	04/2/2014
6. Secretaria de Tecnologia da Informação	Supervisionar as atividades relacionadas à tecnologia da informação	Moises Jacobino de Moraes	Secretário	06/04/2015 a 31/12/2015

1.5 Macroprocessos finalísticos

Quadro 3 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gerir Atividades acadêmicas	<p>Detalha a gestão das atividades acadêmicas, compreendendo:</p> <p>a) Planejar atividades acadêmicas. b) Formatar Plano Anual de Atividades. c) Administrar atividades de aperfeiçoamento EAD. d) Administrar atividades de aperfeiçoamento presencial. e) Administrar as atividades de extensão. f) Administrar atividades de Pós-Graduação. g) Avaliar atividades acadêmicas (por atividade). h) Avaliar a qualidade do processo das atividades acadêmicas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Atividades. • Planejamento dos custos das atividades acadêmicas. • Relatório de Avaliação das Atividades Acadêmicas. 	Membros e Servidores do Ministério Público da União	<ul style="list-style-type: none"> • Diretoria-Geral • Conselho Administrativo • Secretaria de Planejamento e Projetos • Secretaria de Infraestrutura e Logística Educacional • Secretaria de Administração
Gerir Pesquisas Científicas Aplicadas	<p>Detalha a gestão dos projetos de pesquisas científicas aplicadas compreendendo:</p> <p>a) Planejar pesquisas científicas aplicadas. b) Administrar pesquisas científicas aplicadas. c) Avaliar a qualidade do processo das pesquisas científicas aplicadas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório Final da Pesquisa Científica Aplicada. 	Membros e Servidores do Ministério Público da União	<ul style="list-style-type: none"> • Diretoria-Geral • Conselho Administrativo • Câmara de Desenvolvimento Científico • Secretaria de Planejamento e Projetos • Secretaria de Infraestrutura e Logística Educacional • Secretaria de Administração
Gerir Publicações	<p>Detalha a gestão das publicações, compreendendo:</p> <p>a) Planejar publicações. b) Administrar publicações. c) Avaliar processo de publicação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Publicações. 	Membros e Servidores do Ministério Público da União	<ul style="list-style-type: none"> • Diretoria-Geral • Conselho Administrativo • Câmara Editorial • Secretaria de Infraestrutura e Logística Educacional • Secretaria de Administração

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1 Planejamento organizacional

O Planejamento organizacional da Escola Superior do Ministério Público da União é denominado Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) ¹ que, de acordo com o Ministério da Educação (MEC) (BRASIL, 2007), é “[...] o documento que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES), no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver.”

O PDI da ESMPU, elaborado em 2011 para o horizonte 2011-2015, foi reformulado em 2015, contemplando um novo período: 2015-2019. Teve como premissa básica a seguinte questão: Como deve ser a capacitação do quadro do Ministério Público da União (MPU) que atuará no Brasil de 20 ou 30 anos no futuro?

Para o Diretor-geral da ESMPU, Carlos Henrique Martins Lima:

“A maneira aparentemente mais adequada de extrair o máximo do potencial da ESMPU para os próximos anos é dar o passo seguinte a partir do planejamento iniciado com os dois Planos de Desenvolvimento Institucional-PDI já elaborados. Assim, o estabelecimento de novas metas e diretrizes servirá para a construção de ferramentas norteadoras das ações de gestão e acadêmicas, na busca de atender aos planos estratégicos dos ramos e ao indicado no levantamento das competências necessárias para o bom desempenho profissional no Ministério Público da União (MPU). Mas não é só. Servirá, sobretudo, para a busca de tornar a Escola um instrumento que catalise mudanças e contribua para a evolução do MPU, de maneira que os reflexos se façam sentir nos segmentos sociais e culturais brasileiros.” (ESMPU, PDI-2015)

No PDI é ressaltada a importância da postura proativa e do planejamento como fatores-chaves para que a ESMPU seja uma instituição ágil e efetiva. Também indica a necessidade de um bom modelo de gestão, que propicie o alinhamento das mais diferentes áreas da Escola, bem como os fatores que influenciam nos resultados, tais como: a infraestrutura, o clima de trabalho, os mecanismos de autoavaliação e o próprio funcionamento da Escola como instituição.

Forma o arcabouço do Plano o perfil institucional, contemplando as finalidades previstas na lei de criação da ESMPU, os objetivos e metas, as áreas de atuação acadêmica e as políticas de ensino, de extensão e de pesquisas.

¹ Plano de Desenvolvimento Institucional da Escola Superior do Ministério Público da União 2015-2019 / Marcia Graça Graminhani (coord.). Brasília : ESMPU, 2015.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

As metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) - 2011-2016, retratam a missão institucional de “Facilitar o contínuo aperfeiçoamento dos membros e servidores do Ministério Público da União para uma atuação profissional eficaz”. Assim, partiu-se de propostas de metas com viés administrativo-gerenciais, visando à padronização, sistematização e organização interna da Escola. Essas metas foram escolhidas de tal forma que umas reforçam as outras, o que visa a conferir mais segurança e agilidade às ações, e foram agrupadas pelos oito critérios do Modelo de Excelência da Gestão Pública do GesPública à época:

1. Liderança.
2. Estratégias e planos.
3. Cidadãos.
4. Sociedade.
5. Informação e conhecimento.
6. Pessoas.
7. Processos.
8. Resultados.

Um segundo grupo de metas foi elaborado a partir dos quatro objetivos da Lei nº 9.628, de 14/4/1998, de criação da ESMPU:

- I. Iniciar novos integrantes do Ministério Público da União no desempenho de suas atribuições institucionais.
- II. Aperfeiçoar e atualizar a capacitação técnico-profissional dos membros e servidores do Ministério Público da União.
- III. Desenvolver projetos e programas de pesquisa na área jurídica.
- IV. Zelar pelo reconhecimento e a valorização do Ministério Público como instituição essencial à função jurisdicional do Estado.

Para o estabelecimento das metas para o quinquênio 2015-2019 foram analisadas as cinquenta e duas metas propostas no PDI 2011-2016. Desse total, dez permaneceram inalteradas para o novo quinquênio. As demais 42 (quarenta e duas) tiveram o seguinte resultado de análise: vinte e cinco – 48% (quarenta e oito por cento) – foram cumpridas; quatro foram agrupadas em duas metas, por similaridade de tema; cinco foram retiradas por decisão da Diretoria-Geral; e oito tiveram a nomenclatura alterada e ajuste nas macroatividades.

Às metas remanescentes do PDI 2011-2016 foram adicionadas cinco novas, perfazendo um total de 25 (vinte e cinco) para o quinquênio 2015-2019.

Até o final do exercício de 2015, das 52 (cinquenta e duas) metas propostas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2011-2016, 48% (quarenta e oito por cento) foram cumpridas, conforme descrito no quadro abaixo.

Quadro 4 - Descrição sintética dos objetivos do exercício

Critério	Meta	Resultados
Informação e Conhecimento	Melhorar a comunicação interna na ESMPU.	<ul style="list-style-type: none"> • Clima de confiança criado. • Ambiente propício à criatividade e inovação criado. • Visão da organização como um todo, para tornar mais realista a tomada de decisão.
Informação e Conhecimento	Aprovar a nova estrutura da ESMPU, criando seu quadro.	<ul style="list-style-type: none"> • Quadro melhor dimensionado, de acordo com as atividades desenvolvidas. • Processos de trabalho mais adequadamente estabelecidos. • Possibilidade de abraçar novos e inovadores projetos.
Informação e Conhecimento	Aprovar Regimento Interno.	<ul style="list-style-type: none"> • Compreensão das regras de funcionamento da ESMPU pelo seu quadro. • Uniformização das ações. • Segurança nos trabalhos.
Informação e Conhecimento	Elaborar o regulamento do trabalho de conclusão de curso para as atividades de especialização.	<ul style="list-style-type: none"> • Padronização da linguagem, regras e propostas. • Uniformidade no trabalho. • Segurança nas ações.
Informação e Conhecimento	Criar um Centro de Documentação com estrutura de Biblioteca, Arquivo e Videoteca.	<ul style="list-style-type: none"> • Organização dos documentos das áreas da ESMPU, facilitando a consulta. • Maior difusão da informação. • Condições de acessibilidade para PNE.
Informação e Conhecimento	Disponibilizar documentos e publicações seguindo os padrões de acessibilidade.	<ul style="list-style-type: none"> • Organização dos documentos das áreas da ESMPU, facilitando a consulta. • Maior difusão da informação. • Condições de acessibilidade para PNE.
Pessoas	Implantar a avaliação de impacto.	<ul style="list-style-type: none"> • Emprego adequado do orçamento em capacitação. • Eficácia da capacitação. • Melhoria do desempenho.
Pessoas	Instituir catálogo de cursos.	<ul style="list-style-type: none"> • Visualização dos cursos simplificada. • Rapidez no atendimento. • Facilidade na escolha dos cursos.
Pessoas	Elaborar política educacional de treinamento e aprimoramento.	<ul style="list-style-type: none"> • Identidade organizacional elaborada. • Recursos orçamentários melhor empregado. • Servidores capacitados em consonância com a Missão.
Pessoas	Aquisição de impressora para a Biblioteca.	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de uma impressora multifuncional. • Melhor atendimento aos usuários.
Pessoas	Renovar os equipamentos do laboratório da informática.	<ul style="list-style-type: none"> • Equipamentos atualizados. • Melhor atendimento aos usuários.
Sociedade	Elaborar e publicar peça com o conceito consensual doutrinário aplicável ao cenário social sobre corrupção.	<ul style="list-style-type: none"> • Conceito de corrupção definido. • Pareceres sobre corrupção elaborados com mais facilidade. • Índices de governança aprimorados.
Sociedade	Publicar portaria sobre o Portal Transparência.	<ul style="list-style-type: none"> • Transparência das contas da Escola assegurada. • Política de transparência da gestão implantada. • Presteza e segurança das informações e dados assegurados.
Objetivo I da Lei de Criação da ESMPU	Estruturar, pedagogicamente, o CIV presencial e reforço na parte prática, com duração de 360h/a e possibilidade de certificado de pós-graduação <i>lato sensu</i> .	<ul style="list-style-type: none"> • Membros bem preparados para a atuação imediata nas várias áreas. • Membros preparados para que, poucos anos após sua posse, adquiram o título de Mestres e Doutores em sua área de atuação.
Objetivo II da Lei de Criação da ESMPU	Criar banco de profissionais com pessoas que atuem nos diversos ramos da sociedade.	<ul style="list-style-type: none"> • Visão interdisciplinar, que implique no Direito e contribua para uma boa atuação do <i>parquet</i> junto à sociedade. • Rede de contatos estabelecida, facilitando a troca de informações entre o MPU e a sociedade. • Valorização da capacidade individual de investigação, curiosidade e criatividade, sem limites disciplinares.

Critério	Meta	Resultados
Objetivo II da Lei de Criação da ESMPU	Elaborar e promover cursos de aperfeiçoamento nas áreas de resolução de conflitos, levantamento de problemas, definição de prioridades e planos de ação; lógica e pensamento crítico; elaboração de projetos sociais.	<ul style="list-style-type: none"> • Membros e servidores melhor preparados para a atuação nas várias áreas. • Membros e servidores dotados de conhecimentos teóricos e habilidades necessárias para uma adequada gestão de conflitos. • Membros e servidores habilitados para a priorização de ações e melhor condução das atividades diárias. • Processo mental desenvolvido, facilitando a discussão, negociação e a tomada de decisão. • Principais habilidades desenvolvidas para a elaboração de projetos de responsabilidade social e fortalecimento da ESMPU.
Objetivo IV da Lei de Criação da ESMPU	Articular, dentro de seu escopo de atuação, os vários atores em projetos nos quais o MPU visa alavancar comunidades no aspecto socioeconômico.	<ul style="list-style-type: none"> • Demanda do MPU atendida. • Comunidade socioeconomicamente alavancada.
Objetivo IV da Lei de Criação da ESMPU	Articular, dentro de seu escopo de atuação, os vários atores em projeto junto ao Conselho Escolar das Escolas da Rede Pública, Ensino Fundamental e Médio, levando informações sobre os objetivos, a missão e os trabalhos do MPU aos pais, alunos e professores.	<ul style="list-style-type: none"> • MPU mais próximo da comunidade.

2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

Por ser uma instituição de ensino, o planejamento estratégico da ESMPU está expresso em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que começou a ser implementado em 2011, para o horizonte 2011-2015. Muitas das metas estabelecidas para o período foram atingidas e objetivos institucionais alcançados.

Em 2015 o PDI foi revisto e atualizado. Novas metas foram estabelecidas e foram criados indicadores de desempenho para mensuração do alcance de cada uma delas, além de possibilitar o monitoramento e avaliação das ações e dos resultados esperados. Considera-se, então, que o planejamento estratégico da ESMPU está implementado, que algumas das metas estabelecidas estão em execução e que outras já foram alcançadas.

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A ESMPU se organiza física e administrativamente para o quinquênio 2015-2019, para fazer frente ao desafio autoproposto e cumprir a missão de “Facilitar o contínuo aperfeiçoamento dos membros e servidores do MPU, para uma atuação profissional eficaz, com vistas ao cumprimento de suas funções institucionais”. Para tanto, apoia-se nos objetivos institucionais e nas políticas de ensino, assim como em metas que se articulam com mecanismos de acompanhamento e avaliação.

Os órgãos da ESMPU que apoiam as atividades acadêmicas e contribuem para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) são: o Conselho Administrativo (CONAD); a Diretoria-Geral; as Coordenações de Ensino; a Secretaria de Planejamento e Projetos; a Secretaria de Infraestrutura e Logística Educacional; a Secretaria de Administração e a Secretaria de Tecnologia da Informação.

A Secretaria de Planejamento e Projetos (SEPLAN) atua no nível estratégico, sendo responsável pela articulação das ações sistêmicas de integração institucional; pela elaboração e avaliação de planos, programas e projetos estratégicos e pela elaboração e mensuração dos indicadores de gestão.

Também é sua atribuição assessorar a Administração Superior na organização didático-pedagógica e, ainda, na elaboração do Plano de Atividades (PA) da ESMPU.

O PA, elaborado anualmente, seguindo as diretrizes estratégicas estabelecidas no PDI, é uma construção conjunta da Escola e dos ramos do MPU. Nessa construção, os coordenadores de ensino designam comissão técnica formada por membros de seu ramo, que se reúnem e selecionam as atividades para membros e servidores da área finalística que deverão ser ministradas no ano seguinte. A necessidade de treinamento dos servidores da área administrativa é levantada por representantes da área de gestão de pessoas de cada ramo. Após, representantes dos ramos se reúnem com a ESMPU para apresentarem as sugestões de cursos e outras atividades acadêmicas para o próximo exercício, bem como para indicar os capacitadores, conteudistas e tutores.

Depois de elaborado, o PA é aprovado pelo Conselho de Administração (CONAD) e divulgado no sítio da ESMPU. A partir dessa aprovação, a Escola se estrutura administrativa e academicamente para a consecução do planejado, levando em consideração o calendário escolar, que compreenderá ordinariamente os períodos de 1º de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 10 de dezembro.

A logística para a execução das atividades acadêmicas é atribuição **da Secretaria de Infraestrutura e Logística Educacional (SEDUC)**, que atua nos níveis tático e operacional. Também são de responsabilidade dessa Secretaria o acervo acadêmico e as obras e publicação da ESMPU.

A Secretaria de Tecnologia da Informação - STI é uma unidade administrativa da ESMPU responsável por supervisionar as atividades relacionadas à tecnologia da informação.

Para contribuir para o alcance das metas e objetivos organizacionais e direcionar adequadamente os investimentos em tecnologia da informação, a STI iniciou, em 2015, o processo de implementação da Governança de TI. Nesse sentido, em 14 de outubro de 2015 a ESMPU instituiu o Comitê de Tecnologia da Informação, por meio da Portaria nº 118, com o objetivo de discutir temas relacionados à Estratégia de Tecnologia da Informação, indicadores de TI e políticas de Tecnologia da Informação. A aprovação da Estratégia de Tecnologia da Informação e desdobramento em Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) está prevista para ocorrer durante o primeiro semestre de 2016.

A Secretaria de Administração (SA), é responsável pelo suporte às atividades acadêmicas; pelo planejamento e execução do orçamento; pela gestão de pessoas; serviços gerais e administrativos; gestão de material e patrimônio; contratos, compras e licitações; obras e serviço de engenharia.

Com vistas a orientar a gestão para o alcance dos objetivos estratégicos e das metas previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a SA elabora, anualmente, o seu Plano de Trabalho, para atuação no nível tático e operacional e suporte ao nível estratégico.

O Plano tem como propósito desenvolver mecanismos que possibilitem uma gestão eficaz dos recursos públicos, investidos no aperfeiçoamento profissional contínuo, no incremento permanente da tecnologia, das práticas de trabalho e da infraestrutura em prol de uma instituição sempre mais atual, ágil e próxima das necessidades do cidadão.

Para alcançar os resultados desejados, a Secretaria de Administração passou a trabalhar, desde 2014, com a metodologia de gerenciamento de projetos, seguindo as melhores práticas do *Project Management Institute* (PMI). Também adotou a ferramenta Bizagi para redesenho, análise e melhoria de seus processos de trabalho. O quadro a seguir apresenta os projetos de competência da SA que foram finalizados em 2015:

Quadro 5 – Projetos concluídos em 2015

Projeto	Finalidade (objetivo)	Vinculação estratégica (PDI)
Padronizar os editais de licitação da ESMPU	Visa racionalizar as atividades dos agentes encarregados de elaborá-los e também da assessoria jurídica, a quem compete analisá-los e aprová-los, visando garantir qualidade, agilidade, precisão e segurança aos processos de contratação e aquisição da ESMPU.	Plano de Desenvolvimento Institucional da ESMPU – PDI 2015-2019, Meta 1 – Mapear, analisar e melhorar processos organizacionais e padronizar atividades, do Critério 7 – Processos.
Padronização dos contratos da ESMPU	Visa racionalizar as atividades dos agentes encarregados de elaborá-los e também da assessoria jurídica, a quem compete analisá-los e aprová-los, visando garantir qualidade, agilidade, precisão e segurança aos processos de contratação e aquisição da ESMPU.	Plano de Desenvolvimento Institucional da ESMPU – PDI 2015-2019, Meta 1 – Mapear, analisar e melhorar processos organizacionais e padronizar atividades, do Critério 7 – Processos.
Realização do planejamento de compras, contratações e licitações para 2015	O projeto tem o objetivo de maximizar a eficiência nas contratações e na utilização dos recursos.	Plano de Desenvolvimento Institucional da ESMPU – PDI 2015-2019, Meta 1 – Mapear, analisar e melhorar processos organizacionais e padronizar atividades, do Critério 7 – Processos.
Desenvolver mecanismos e rotinas para aprimorar a fiscalização dos contratos de conservação e limpeza	Elaboração de mecanismos capazes garantir uma fiscalização mais efetiva nos serviços de limpeza, asseio e conservação do edifício-sede da ESMPU / PRDF.	Plano de Desenvolvimento Institucional da ESMPU – PDI 2015-2019, Meta 1 – Mapear, analisar e melhorar processos organizacionais e padronizar atividades, do Critério 7 – Processos.
Implementação da Lei nº 13.032/2014, que cria a nova estrutura da ESMPU	O projeto trata de todas as ações necessárias para viabilizar a Implantação da nova estrutura da ESMPU, criada pela Lei nº 13.032/2014	Plano de Desenvolvimento Institucional da ESMPU – PDI 2011-2016, Meta Administrativo-gerencial 5 – Aprovar a nova estrutura da ESMPU, criando seu quadro, do Critério 3 – Informação e Conhecimento.
Reestruturação da área de gestão de pessoas da Escola Superior do Ministério Público da União	Trata-se da conclusão do projeto iniciado em 2014, com o intuito de adequar o Núcleo de Gestão de Pessoas para assumir suas novas atribuições.	Plano de Desenvolvimento Institucional da ESMPU – PDI 2011-2016, Meta Administrativo-gerencial 5 – Aprovar a nova estrutura da ESMPU, criando seu quadro, do Critério 3 – Informação e Conhecimento.
Reestruturação do Portal da Transparência	O projeto trata da proposição de alterações no Portal da transparência da ESMPU com o intuito de promover sua adequação às mudanças ocorridas no órgão advindas da aprovação da lei que dispõe sobre a criação do quadro de pessoal, cargos e funções da ESMPU.	Plano de Desenvolvimento Institucional da ESMPU – PDI 2011-2016, Meta Administrativo-gerencial 04 - Publicar Portaria sobre o Portal da Transparência, do Critério 07 – Sociedade.
Melhoria das instalações da ESMPU	Prover, com a implementação das melhorias, a estrutura indispensável para o trabalho dos membros, servidores e colaboradores, por meio da reforma das instalações da ESMPU e	Plano de Desenvolvimento Institucional da ESMPU – PDI 2015-2019. Meta 1 – Adaptar mobiliário e equipamentos

Projeto	Finalidade (objetivo)	Vinculação estratégica (PDI)
	adequação às normas de acessibilidade.	compatíveis para uso de portadores de necessidades especiais.
Obra para construção da segunda etapa do Centro de Treinamento da ESMPU	Viabilizar a contratação da 2ª etapa de construção da nova sede da ESMPU.	Diretrizes estabelecidas pela Administração Superior.
Proceder ao mapeamento, análise e melhoria dos processos de trabalho da DICOM e DGP	Trata-se da realização do mapeamento, análise e redesenho e implementação de melhorias dos principais processos administrativos buscando a melhoria dos serviços prestados e o aperfeiçoamento das rotinas de trabalho.	Plano de Desenvolvimento Institucional da ESMPU – PDI 2015-2019, Meta 1 – Mapear, analisar e melhorar processos organizacionais e padronizar atividades, do Critério 7 – Processos.

Outra importante ação realizada no exercício foi o mapeamento, análise e melhoria dos processos administrativos. Foram mapeados os seguintes processos: Contratação por dispensa de licitação; Adesão a Ata de Registro de Preços; Participação em Ata de Registro de Preços; Contratação por pregão eletrônico; Contratação por convite, concorrência ou tomada de preços; Contratação de docente por instrutoria interna; Contratação de docente pessoa física por inexigibilidade de licitação; Contratação de docente pessoa jurídica por inexigibilidade de licitação; Contratação de capacitação *in company* por inexigibilidade de licitação; Levantamento das Necessidades de Treinamento; Planejamento orçamentário e financeiro da ESMPU.

2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

O monitoramento da execução e dos resultados das metas previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional da ESMPU é anual, sendo realizada por meio do acompanhamento da execução das macroatividades elencadas para cada meta diretamente com as áreas envolvidas e da mensuração e análise dos indicadores de desempenho estabelecidos no PDI.

2.3 Desempenho orçamentário

A Dotação Orçamentária da Escola Superior do Ministério Público da União, aprovada pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF e prevista na Lei nº 13.115, de 20/04/2015 - Lei Orçamentária Anual de 2015 (LOA/2015), contou com recursos na ordem de R\$ 23.204.404,00, sendo: R\$ 6.927.000,00 para Outras Despesas Correntes e de Capital; R\$ 9.373.000,00 para Capacitação; R\$ 700.000,00 para Pesquisa; R\$ 490.000,00 para a construção do Edifício-Sede da ESMPU; R\$ 2.824.060,00 para despesas com pessoal e encargos sociais; e R\$ 2.890.344,00 para despesas com Benefícios Assistenciais aos Servidores.

Em virtude do contingenciamento imposto pelo Governo Federal e de outras alterações orçamentárias, a ESMPU passou a ter, como dotação orçamentária final no exercício de 2015, créditos na ordem de R\$ 21.211.160,80, sendo: R\$ 7.112.162,00 para Outras Despesas Correntes e de Capital; R\$ 9.373.000,00 para Capacitação; R\$ 146.594,80 para Pesquisa; R\$ 3.789.060,00 para despesas com pessoal e encargos sociais; e R\$ 790.344,00 para despesas com Benefícios Assistenciais aos Servidores.

Dessa dotação, foi utilizado o montante de R\$ 20.207.943,81, equivalente a 95,27%. Dos créditos utilizados, foi pago o montante de R\$ 17,405 milhões, correspondente a 86,13%, e inscrito em Restos a Pagar o valor de R\$ 2,793 milhões, equivalente a 13,83%. O valor de R\$ 8.254,49,

correspondente a 0,04%, foi descentralizado à Secretaria de Administração – SA/PGR, porém não foi empenhado. Os créditos não utilizados (disponível) no exercício de 2015, na ordem de R\$ 1,003 milhão, corresponderam a 4,73% da dotação.

2.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

O PPA 2012-2015 contava com a Ação de Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União. Para o exercício de 2015, a ESMPU solicitou, inicialmente, uma dotação de R\$ 2.310.000,00 (dois milhões, trezentos e dez mil reais). Essa dotação sofreu limitação pela Secretaria de Orçamento Federal do Governo Federal – SOF/MPOG, sendo o valor final fixado em R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais), que se destinava à contratação de empresa especializada para execução da segunda etapa da obra de construção do Centro de Treinamento. Como os créditos consignados na Lei Orçamentária de 2015 não foram suficientes, não foi possível abrir a licitação para contratação dos serviços necessários à continuidade da obra.

Dessa forma, a dotação fixada nessa ação foi utilizada para atender ao contingenciamento orçamentário imposto pelo Governo Federal no segundo bimestre de 2015, ocasião em que foi realizado o bloqueio de créditos na ordem de R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais). No terceiro bimestre foram contingenciados mais R\$ 200.000 (duzentos mil reais). Com isso, a dotação destinada à construção do Edifício-Sede da ESMPU foi totalmente contingenciada, não sendo possível a sua utilização no exercício de 2015.

2.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Quadro – Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Não se aplica a esta UPC.

Quadro 6 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação			
Código	20HP		Tipo: Atividade
Descrição	Gestão e Administração da ESMPU		
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581	Tipo: Gestão, Manut. e Serviços ao Estado
Unidade Orçamentária	34105 - ESMPU		
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras		
Lei Orçamentária Anual do exercício			
Execução Orçamentária e Financeira			
Nº do subtítulo/	Dotação	Despesa	Restos a Pagar do exercício

Localizador	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Nacional	17.000.000,00	17.000.000,00	15.299.123,62	13.349.073,57	13.349.073,57		1.950.050,05
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta			Realizada	
			Prevista	Reprogramada (*)			
Nacional	Apoio realizado	Percentual de execução	100%	100%		100%	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
Nacional	2.263.954,79	1.728.687,70	213.668,43	Apoio realizado	Percentual de execução	100%	

Observações: Da dotação Final, foi contingenciado o montante de R\$ 368.243,20, referente ao **contingenciamento orçamentário** do segundo e terceiro bimestres de 2015.

Identificação da Ação							
Código	11EQ				Tipo: Projeto		
Descrição	Construção do Centro de Treinamento da ESMPU						
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581	Tipo: Gestão, Manut. e Serviços ao Estado				
Unidade Orçamentária	34105 – ESMPU						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Em Brasília	490.000,00	490.000,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta			Realizada	
			Prevista	Reprogramada (*)			
Em Brasília	Centro de treinamento construído	Percentual de execução física	30%	0%		0%	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
Em Brasília	0,00	0,00	0,00	Centro de treinamento construído	Percentual de execução física	0%	

Observações: Da dotação Final, foi contingenciado o montante de R\$ 490.000,00, referente ao **contingenciamento orçamentário** do segundo e terceiro bimestres de 2015

Identificação da Ação							
Código	20TP					Tipo: Atividade	
Descrição	Pessoal Ativo da União						
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581	Tipo: Gestão, Manut. e Serviços ao Estado				
Unidade Orçamentária	34105 - ESMPU						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Nacional	400.000,00	2.960.408,00	2.960.408,00	2.920.677,80	2.920.677,80		39.730,20
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
Nacional	Pagamento de pessoal ativo da União	N/A	N/A	N/A	N/A		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
Nacional	0,00	0,00	0,00	N/A	N/A	N/A	

Observações: Soma-se à dotação inicial da ação 20TP os valores da autorização constante do anexo V da Lei nº 13.115 de 20 de abril de 2015 – LOA, para ingressos de servidores.

Identificação da Ação							
Código	0181					Tipo: Atividade	
Descrição	Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis						
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	Código: 0089	Tipo: Gestão, Manut. e Serviços ao Estado				
Unidade Orçamentária	34105 - ESMPU						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Em Brasília	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Execução Física da Ação							
Nº do	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				

subtítulo/ Localizador			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
Em Brasília	Pagamento de aposentadorias e pensões	N/A	N/A	N/A	N/A	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
Em Brasília	0,00	0,00	0,00	N/A	N/A	N/A

Observações: A UPC não executou nenhum apagamento de Aposentadoria ou Pensão no exercício de 2015.

Identificação da Ação							
Código	09HB				Tipo: Atividade		
Descrição	Contribuição para Seguridade Social - Patronal						
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581	Tipo: Gestão, Manut. e Serviços ao Estado				
Unidade Orçamentária	34105 - ESMPU						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Em Brasília	80.000,00	808.652,00	335.326,16	333.326,16	333.326,16		2.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta			Realizada	
			Prevista	Reprogramada (*)			
Em Brasília	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
Em Brasília	0,00	0,00	0,00	N/A	N/A	N/A	

Observações: Soma-se à dotação inicial da ação 20TP os valores da autorização constante do anexo V da Lei nº 13.115 de 20 de abril de 2015 – LOA, para ingressos de servidores.

Identificação da Ação							
Código	2004				Tipo: Atividade		
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis						
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581	Tipo: Gestão, Manut. e Serviços ao Estado				
Unidade Orçamentária	34105 - ESMPU						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							

Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Em Brasília	1.145.520,00	280.520,00	0,0	0,00	0,00		0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
Em Brasília	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A		N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
Em Brasília	0,00	0,00	0,00	N/A	N/A		N/A

Observações:

- 1) Por meio da Portaria PGR nº 66, de 20/9/2015, publicada no Diário Oficial da União – DOU de 21/9/2015, a ESMPU concedeu ao Ministério Público Federal – MPF o montante de R\$ 935.552.000,00 para fins de pagamento de benefícios assistenciais aos membros e servidores daquele Órgão.
- 2) A dotação final da ação, R\$ 280.520,00, foi descentralizada à Secretaria de Administração – SA/PGR, para pagamento de despesas de Assistência Médica e Odontológica (inclusive exames periódicos) dos servidores da ESMPU. Essa descentralização se deu devido ao Protocolo de Cooperação ESMPU/MPF nº 01/2015, que tem por objeto possibilitar aos membros e servidores da ESMPU a utilização dos serviços multiprofissionais de saúde prestados pela Secretaria de Serviços Integrados de Saúde da Procuradoria Geral da República - SSI-Saúde/PGR, e a utilização do Programa de Saúde e Assistência Social - Plan-Assiste.

http://bibliotecadigital.mpf.br/bdmpf/bitstream/handle/11549/34767/Prot_Coop_ESMPU_MPF_1_2015.pdf

Identificação da Ação							
Código	2010					Tipo: Atividade	
Descrição	Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores Civis						
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581	Tipo: Gestão, Manut. e Serviços ao Estado				
Unidade Orçamentária	34105 - ESMPU						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Em Brasília	349.272,00	103.824,00	103.824,00	38.958,35	38.958,35		64.865,65
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
Em Brasília	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
Em Brasília	0,00	0,00	0,00	N/A	N/A	N/A	

Observações: Por meio da Portaria PGR nº 66, de 20/9/2015, publicada no Diário Oficial da União – DOU de 21/9/2015, a ESMPU concedeu ao Ministério Público Federal – MPF o montante de R\$ 245.448,00 para fins de pagamento de benefícios assistenciais aos membros e servidores daquele Órgão.

Identificação da Ação							
Código	2011					Tipo: Atividade	
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis						
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581	Tipo: Gestão, Manut. e Serviços ao Estado				
Unidade Orçamentária	34105 - ESMPU						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Em Brasília	60.000,00	6.000,00	6.000,00	911,77	911,77		5.088,23
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
Em Brasília	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							

Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
Em Brasília	0,00	0,00	0,00	N/A	N/A	N/A

Observações: Por meio da Portaria PGR nº 66, de 20/9/2015, publicada no Diário Oficial da União – DOU de 21/9/2015, a ESMPU concedeu ao Ministério Público Federal – MPF o montante de R\$ 54.000,00 para fins de pagamento de benefícios assistenciais aos membros e servidores daquele Órgão.

Identificação da Ação							
Código	2012					Tipo: Atividade	
Descrição	Auxílio-Alimentação de Servidores e Empregados Civis						
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão, Manut. e Serviços ao Estado			
Unidade Orçamentária	34105 - ESMPU						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Em Brasília	1.335.552,00	400.000,00	400.000,00	237.881,73	237.881,73		162.118,27
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta			Realizada	
			Prevista	Reprogramada (*)			
Em Brasília	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
Em Brasília	0,00	0,00	0,00	N/A	N/A	N/A	

Observações: Por meio da Portaria PGR nº 66, de 20/9/2015, publicada no Diário Oficial da União – DOU de 21/9/2015, a ESMPU concedeu ao Ministério Público Federal – MPF o montante de R\$ 935.552,00 para fins de pagamento de benefícios assistenciais aos membros e servidores daquele Órgão.

Análise crítica e resultados:

Plano Orçamentário 001 – Gestão e Administração da ESMPU: as metas previstas para este Plano foram efetivamente atingidas, proporcionando o suporte necessário ao desenvolvimento das atividades acadêmicas. Neste Plano, realizaram-se despesas com os principais contratos vigentes de manutenção e serviços (limpeza, conservação, recepcionista, copeiragem, serviços gráficos, entre outros), necessários à manutenção da estrutura física das instalações da ESMPU. Foram realizados, ainda, remanejamentos de créditos orçamentários suplementares no montante de R\$ 553.405,00 (quinhentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e cinco reais), oriundos do Plano Orçamentário 003 – Pesquisa na Área Jurídica, destinados à adequação da execução orçamentária ao planejamento da ESMPU para despesas de capital. Esse remanejamento foi solicitado pelo Ofício nº 1303/2015/DIRGE/ESMPU, de 26/10/2015, e efetivado por meio da Portaria PGR nº 88, de 3/11/2015, publicada no Diário Oficial da União – DOU nº 210, de 4/11/2015. Ainda, no

exercício de 2015 e com o fito de atender ao contingenciamento orçamentário do segundo e terceiro bimestres de 2015, a ESMPU promoveu o bloqueio de créditos na ordem de R\$ 368.243,00 (trezentos e sessenta e oito mil, duzentos e quarenta e três reais), sendo R\$ 288.493,00 em despesas correntes, e R\$ 79.750,00 e outras despesas de capital.

Plano Orçamentário 002 – Capacitação de Recursos Humanos: com o objetivo de cumprir a missão da Escola de facilitar o contínuo aperfeiçoamento dos membros e servidores do MPU para uma atuação profissional e eficaz, foram previstas, para o exercício de 2015, a realização de 142 atividades presenciais e 76 atividades na modalidade EAD. Deste planejamento foram realizadas 115 atividades presenciais e 60 em EAD. Considerando as atividades realizadas em 2015, foram treinados 6.430 membros/servidores nas ações de capacitação promovidas pela ESMPU.

A meta de atividades previstas para o ano de 2015 não foi atingida pelos seguintes motivos: a) Contingenciamentos orçamentários, pois a meta de 2015 havia sido determinada com bases orçamentárias que foram contingenciadas durante o exercício; b) Redirecionamento da estratégia da ESMPU, que no exercício de 2015 optou por aumentar a qualidade metodológica dos cursos ofertados, diminuindo a quantidade de participantes por curso de 30 para 25; e c) Ampliação da oferta de cursos a distância para Membros do MPU. Essa modalidade de ensino permite alcançar maior número de participantes. Contudo, por se tratar de uma modalidade de ensino relativamente nova, a adesão de Membros a cursos a distância foi reduzida.

Plano Orçamentário 003 – Pesquisa na Área Jurídica: em outubro de 2015, a ESMPU, em razão da adequação da execução orçamentária ao planejamento de 2015, realizou o remanejamento do valor de R\$ 553.405,00 (quinhentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e cinco reais), o qual foi realocado no Plano Orçamentário 001 – Gestão e Administração da ESMPU.

A meta física inicialmente definida para de Pesquisa na área jurídica não foi atingida, uma vez que a Administração Superior optou por reduzir a quantidade de projetos de pesquisa desenvolvidos e redirecionar o orçamento de pesquisa para a formação de pesquisadores por meio do Programa de Mestrado, iniciado em 2015 em parceria com a Universidade Católica de Brasília. Essa estratégia tem como objetivo capacitar Membros pesquisadores que, com o devido rigor metodológico, aprofundarão os estudos jurídicos socialmente relevantes para o crescimento institucional do MPU.

Ação 11EQ – Construção do Centro de Treinamento da ESMPU:

Para a ação de Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União foi fixada uma dotação inicial de R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais), que se destinava à contratação de empresa especializada para a continuidade de execução da segunda fase da obra. Entretanto, a ESMPU, com o fito de atender ao contingenciamento orçamentário do segundo e terceiro bimestres de 2015, promoveu o bloqueio de créditos na ordem de R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais) na ação de construção Edifício-Sede da ESMPU. Dessa forma, a dotação destinada à construção do Edifício-Sede da ESMPU foi totalmente contingenciada, não sendo possível a sua utilização no exercício de 2015.

Ações de Despesas com Pessoal e Encargos Sociais e Despesas com Benefícios Assistenciais da ESMPU:

Para despesas com Pessoal e Encargos Sociais foi autorizada, no anexo V da LOA, a dotação de R\$ 2.824.060,00, que foi destinada ao provimento dos cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança criados pela Lei nº 13.032/2014.

Por intermédio do Decreto de 16/12/2015, publicado no Diário Oficial da União – DOU, nº 241, de 17/12/2015, a Escola obteve um crédito suplementar da ordem de R\$ 2.824.060,00, destinado à cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais. Entretanto, por meio da Portaria PGR nº 120,

de 22/12/2015, publicada no DOU nº 245, de 23/12/2015, foi cancelado o montante de R\$ 2.555.000,00.

Para despesas com Benefícios Assistências, a ESMPU contou, inicialmente, com uma dotação de R\$ 2.890.344,00. Após a análise da necessidade de créditos orçamentários para custeio de despesas com Benefícios Assistenciais aos Servidores, a ESMPU promoveu o cancelamento do montante de R\$ 2.100.000,00, que foi realizado por meio da Portaria PGR nº 66, de 20/9/2015, publicada no Diário Oficial da União – DOU de 21/9/2015, e o concedeu ao Ministério Público Federal – MPF, para fins de pagamento de benefícios assistenciais aos membros e servidores daquele Órgão.

Assim, as despesas com Benefícios Assistências passaram a contar com uma dotação final de R\$ 790.344,00.

Quadro – Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Não se aplica a esta UPC.

Quadro – Ações do Orçamento de Investimento

Não se aplica a esta UPC

2.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

A Dotação Orçamentária da Escola Superior do Ministério Público da União, aprovada pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF e prevista na Lei nº 13.115, de 20/04/2015 - Lei Orçamentária Anual de 2015 (LOA/2015), contou com recursos na ordem de R\$ 23.204.404,00, sendo: R\$ 6.927.000,00 para Outras Despesas Correntes e de Capital; R\$ 9.373.000,00 para Capacitação; R\$ 700.000,00 para Pesquisa; R\$ 490.000,00 para a construção do Edifício-Sede da ESMPU; R\$ 2.824.060,00 para despesas com pessoal e encargos sociais; e R\$ 2.890.344,00 para despesas com Benefícios Assistenciais aos Servidores.

A ESMPU, com o fito de atender ao contingenciamento orçamentário do segundo e terceiro bimestres de 2015, promoveu o bloqueio de créditos na ordem de R\$ 858.243,00, sendo: R\$ 290.000,00 na ação de construção do Edifício-Sede da ESMPU, e R\$ 568.243,00 em outras despesas correntes e de capital do Plano Orçamentário 001 – Gestão e Administração da ESMPU.

Em 28/7/2015, por meio do Ofício nº 640/2015/DIRGE/ESMPU, a ESMPU solicitou alteração orçamentária, no valor de R\$ 300.000,00, destinada à continuidade da execução das atividades administrativas no exercício de 2015. A publicação da alteração foi promovida por meio da Portaria PGR nº 57, publicada no Diário Oficial da União – DOU, de 5/8/2015.

Ainda, a ESMPU, após a análise da necessidade de créditos orçamentários para custeio de despesas com Benefícios Assistenciais aos Servidores, promoveu o cancelamento do montante de R\$ 2.100.000,00, que foi realizado por meio da Portaria PGR nº 66, de 20/9/2015, publicada no Diário Oficial da União – DOU de 21/9/2015, e o concedeu ao Ministério Público Federal – MPF, para fins de pagamento de benefícios assistenciais aos membros e servidores daquele Órgão.

A ESMPU, com o fito de aprimorar as instalações físicas para um melhor aproveitamento dos participantes em seus cursos, realizou nova alteração orçamentária, no valor de R\$ 800.000,00, solicitada pelo Ofício nº 1303/2015/DIRGE/ESMPU, de 26/10/2015, e efetivada por meio da Portaria PGR nº 88, de 3/11/2015, publicada no Diário Oficial da União – DOU nº 210, de 4/11/2015.

A ESMPU, tendo em vista a não execução dos créditos consignados na Ação de execução de construção do Edifício-Sede da ESMPU em razão da impossibilidade de realização do certame licitatório para os projetos complementares da obra de construção do Edifício-Sede, promoveu alteração dos valores contingenciados, solicitando a liberação do valor de R\$ 200.000,00 em investimentos, que estavam bloqueados na ação de Gestão e Administração da ESMPU, compensando-o nos créditos da ação de construção do Edifício-Sede da ESMPU. Com as alterações promovidas, os valores contingenciados passaram a ser de R\$ 490.000,00 na ação de construção do Edifício-Sede da ESMPU, e R\$ 368.243,00 em outras despesas correntes e de capital do Plano Orçamentário 001 – Gestão e Administração da ESMPU.

Por intermédio do Decreto de 16/12/2015, publicado no Diário Oficial da União – DOU, nº 241, de 17/12/2015, a Escola obteve um crédito suplementar da ordem de R\$ 2.824.060,00, destinado à cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais. Entretanto, por meio da Portaria PGR nº 120, de 22/12/2015, publicada no DOU nº 245, de 23/12/2015, foi cancelado o montante de R\$ 2.555.000,00.

Assim, a ESMPU passou a ter, como dotação orçamentária final no exercício de 2015, créditos na ordem de R\$ 21.211.160,80, sendo: R\$ 7.112.162,00 para Outras Despesas Correntes e de Capital; R\$ 9.373.000,00 para Capacitação; R\$ 146.594,80 para Pesquisa; R\$ 3.789.060,00 para despesas com pessoal e encargos sociais; e R\$ 790.344,00 para despesas com Benefícios Assistenciais aos Servidores.

2.3.4 Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

A ESMPU, no início do exercício de 2015, inscreveu o montante de R\$ 2.108.398,66, referente ao exercício de 2014. Esse montante foi inscrito da seguinte forma: R\$ 1.876.304,91 em despesas correntes e despesas de capital; R\$ 103.784,55 para Capacitação de Recursos Humanos; e R\$ 128.309,20 para Pesquisa na Área Jurídica.

Adicionado ao montante acima inscrito, a ESMPU reinscreveu o valor de R\$ 155.556,13, referente ao exercício de 2013, sendo: R\$ 8.835,49 para Capacitação de Recursos Humanos e o restante, R\$ 146.720,64, em despesas correntes.

Assim, o valor total inscrito de 2014 para execução em 2015 foi de R\$ 2.263.954,79. Desse valor, a ESMPU promoveu pagamentos na ordem de R\$ 1.728.687,70, correspondente a 76,36%; e cancelamentos/bloqueios no valor de R\$ 213.668,43, equivalentes a 9,43%.

Resta, ainda, o montante de R\$ 321.598,66 a ser liquidado no exercício de 2016, o que equivale a 14,21% da dotação inicialmente inscrita em Restos a Pagar Não Processados.

2.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

Quadro 7 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU					
CNPJ:	03.920.829/0001-09					
UG/GESTÃO:	200234/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio						
Contrato de repasse						
Termo de Cooperação			1			52.000,00
Totais			1			52.000,00

Fonte: SIAFI

Observação: A ESMPU, no exercício de 2011, assinou Acordo de Cooperação com a Fundação Oswaldo Cruz, visando a cooperação Técnico-científica com o objetivo de permitir parceria em ações de treinamento, desenvolvimento e educação. A vigência expirou no exercício de 2013.

Quadro – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Não se aplica a esta UPC

Quadro – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Não se aplica a esta UPC

Quadro – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Não se aplica a esta UPC

2.3.6 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 8 – Despesas por modalidade de contratação – Execução Total

Unidade orçamentária: ESMPU	Código UO: 34105		UGO: 200234	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	6.813.628,16	4.779.778,36	6.813.628,16	4.779.778,36
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	6.813.628,16	4.779.778,36	6.813.628,16	4.779.778,36
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	985.752,42	1.602.807,09	985.752,42	1.602.807,09
h) Dispensa	112.180,90	597.715,39	112.180,90	597.715,39
i) Inexigibilidade	873.571,52	1.005.091,70	873.571,52	1.005.091,70
3. Regime de Execução Especial	2.166,85	3.882,15	2.166,85	3.882,15
j) Suprimento de Fundos	2.166,85	3.882,15	2.166,85	3.882,15
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	8.193.749,45	2.844.502,31	8.193.749,45	2.844.502,31
k) Pagamento em Folha	3.531.755,81		3.531.755,81	
l) Diárias	4.661.993,64	2.844.502,31	4.661.993,64	2.844.502,31
5. Outros	1.679.319,46	1.806.754,36	1.679.319,46	1.806.754,36
6. Total (1+2+3+4+5)	17.674.616,34	11.037.724,27	17.674.616,34	11.037.724,27

Observação: O quadro acima contempla o recebimento de recursos abaixo relacionados:

- I. A Secretaria Geral da Procuradoria Geral da República, em atendimento ao Ofício nº 892/DIRGE/ESMPU, de 8/5/2014, descentralizou o montante de R\$ 586.300,00, para cobertura de despesas com bolsa-capacitação aos participantes da quarta etapa da atividade acadêmica “X Curso de Ingresso e Vitaliciamento para Procuradores da República – CIV/MPF”. Desse montante, utilizou-se o total de R\$ 532.515,01, correspondente a 90,83%, o qual foi totalmente executado. O restante, R\$ 53.784,99, equivalente a 9,17%, não foi utilizado no exercício de 2015.
- II. Ainda, a Secretaria Geral da Procuradoria Geral da República, em atendimento ao Ofício nº 1.132/2015/DIRGE/ESMPU, de 1º/10/2015, descentralizou o montante de R\$ 215.011,71, para cobertura de despesas com a realização do Programa de Formação Profissional para o cargo de Técnico do MPU: Segurança Institucional e Transporte. Desse montante, foi utilizado o valor de R\$ 213.966,71, correspondente a 99,51%, sendo totalmente executado. O restante, R\$ 1.405,00, equivalente a 0,49%, não foi utilizado em 2015.
- III. O Ministério Público do Trabalho – MPT, com o intuito da realização do Simpósio “O Ministério Público do Trabalho e a utopia: os caminhos para a concretização dos direitos humanos”, promoveu a descentralização de créditos na ordem de R\$ 47.305,24, destinados à cobertura de despesas com diárias e passagens aéreas aos participantes. Esse crédito foi totalmente empenhado e executado no exercício de 2015, correspondendo a 100,00% dos créditos descentralizados.
- IV. Dessa forma, a ESMPU recebeu o montante de R\$ 848.616,95, do qual foi utilizado o valor de R\$ 793.786,96, correspondente a 93,54% dos créditos recebidos. Esse valor foi totalmente executado. O restante, R\$ 54.829,99, equivalente a 6,46%, não foi utilizado no exercício de 2015.

Quadro 9 – Despesas por modalidade de contratação – Execução Direta pela ESMPU

Unidade orçamentária: ESMPU	Código UO: 34105		UGO: 200234	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	6.767.483,49	4.779.778,36	6.767.483,49	4.779.778,36
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	6.767.483,49	4.779.778,36	6.767.483,49	4.779.778,36
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	957.852,42	1.594.022,09	957.852,42	1.594.022,09
h) Dispensa	112.180,90	588.930,39	112.180,90	588.930,39
i) Inexigibilidade	845.671,52	1.005.091,70	845.671,52	1.005.091,70
3. Regime de Execução Especial	2.166,85	3.882,15	2.166,85	3.882,15
j) Suprimento de Fundos	2.166,85	3.882,15	2.166,85	3.882,15
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	7.628.590,97	2.844.502,31	7.628.590,97	2.844.502,31
k) Pagamento em Folha	3.531.755,81		3.531.755,81	
l) Diárias	4.096.835,16	2.844.502,31	4.096.835,16	2.844.502,31
5. Outros	1.524.735,65	1.586.902,69	1.524.735,65	1.586.902,69
6. Total (1+2+3+4+5)	16.880.829,38	10.809.087,60	16.880.829,38	10.809.087,60

Observação: O quadro acima não contempla o recebimento de recursos oriundos de outras Unidades.

Quadro 10 – Despesas por grupo e elemento de despesa – Execução Total

Unidade Orçamentária: ESMPU			Código UO: 34105				UGO: 200234	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal	3.295.734,16	0,00	3.254.003,96	0,00	41.730,20	0,00	3.254.003,96	0,00
Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil	2.821.893,35	0,00	2.783.163,15	0,00	38.730,20	0,00	2.783.163,15	0,00
Obrigações patronais	418.521,09	0,00	416.521,09	0,00	2.000,00	0,00	416.521,09	0,00
Outras despesas variáveis - pessoal civil	43.364,46	0,00	42.364,46	0,00	1.000,00	0,00	42.364,46	0,00
Contribuição a entidade fechada de previdência	11.955,26	0,00	11.955,26	0,00	0,00	0,00	11.955,26	0,00
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes	15.116.531,73	12.156.118,46	13.444.212,62	10.890.786,99	1.672.319,11	1.265.331,47	13.444.212,62	10.890.786,99
Diárias - Civil	4.661.993,64	2.776.136,45	4.661.993,64	2.776.136,45	0,00	0,00	4.661.993,64	2.776.136,45
Locação de Mão de Obra	2.903.971,07	2.526.469,29	2.612.401,47	2.320.572,55	291.569,60	205.896,74	2.612.401,47	2.320.572,55
Passagens e Despesas com Locomoção	2.717.971,07	2.422.501,41	2.696.722,78	2.412.801,70	21.248,29	9.699,71	2.696.722,78	2.412.801,70
Demais elementos do grupo	4.832.595,95	4.431.011,31	3.473.094,73	3.381.276,29	1.359.501,22	1.049.735,02	3.473.094,73	3.381.276,29

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos	1.486.202,85	1.087.929,42	976.399,76	146.937,28	509.803,09	940.992,14	976.399,76	146.937,28
Equipamentos/Material Permanente	1.254.611,23	796.648,02	865.275,38	135.531,88	389.335,85	661.116,14	865.275,38	135.531,88
Aquisição de softwares	231.591,62	291.281,40	111.124,38	11.405,40	120.467,24	279.876,00	111.124,38	11.405,40
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Observações:

I. O quadro acima contempla o recebimento de recursos abaixo relacionados:

- A Secretaria Geral da Procuradoria Geral da República, em atendimento ao Ofício nº 892/DIRGE/ESMPU, de 8/5/2014, descentralizou o montante de R\$ 586.300,00, para cobertura de despesas com bolsa-capacitação aos participantes da quarta etapa da atividade acadêmica “X Curso de Ingresso e Vitaliciamento para Procuradores da República – CIV/MPF”. Desse montante, utilizou-se o total de R\$ 532.515,01, correspondente a 90,83%, o qual foi totalmente executado. O restante, R\$ 53.784,99, equivalente a 9,17%, não foi utilizado no exercício de 2015.

- Ainda, a Secretaria Geral da Procuradoria Geral da República, em atendimento ao Ofício nº 1.132/2015/DIRGE/ESMPU, de 1º/10/2015, descentralizou o montante de R\$ 215.011,71, para cobertura de despesas com a realização do Programa de Formação Profissional para o cargo de Técnico do MPU: Segurança Institucional e Transporte. Desse montante, foi utilizado o valor de R\$ 213.966,71, correspondente a 99,51%, sendo totalmente executado. O restante, R\$ 1.405,00, equivalente a 0,49%, não foi utilizado em 2015.
 - O Ministério Público do Trabalho – MPT, com o intuito da realização do Simpósio “O Ministério Público do Trabalho e a utopia: os caminhos para a concretização dos direitos humanos”, promoveu a descentralização de créditos na ordem de R\$ 47.305,24, destinados à cobertura de despesas com diárias e passagens aéreas aos participantes. Esse crédito foi totalmente empenhado e executado no exercício de 2015, correspondendo a 100,00% dos créditos descentralizados.
 - Dessa forma, a ESMPU recebeu o montante de R\$ 848.616,95, do qual foi utilizado o valor de R\$ 793.786,96, correspondente a 93,54% dos créditos recebidos. Esse valor foi totalmente executado. O restante, R\$ 54.829,99, equivalente a 6,46%, não foi utilizado no exercício de 2015.
- II. Observa-se que não houve execução de despesas de pessoal em 2014, isso se deve ao fato de que até o exercício de 2015 a ESMPU funcionava exclusivamente com servidores cedidos dos ramos do MPU. Contudo, a partir de abril de 2015, começou a implantação do quadro próprio de servidores desta unidade, conforme previsto na Lei nº 13.032, de 24 de setembro de 2014, cujo texto dispõe sobre a criação do quadro de pessoal, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e das funções de confiança da Escola Superior do Ministério Público da União.

Quadro 11 - Despesas por grupo e elemento de despesa – Direta pela ESMPU

Unidade Orçamentária: ESMPU			Código UO: 34105				UGO: 200234	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal	3.295.734,16	0,00	3.254.003,96	0,00	41.730,20	0,00	3.254.003,96	0,00
Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil	2.821.893,35	0,00	2.783.163,15	0,00	38.730,20	0,00	2.783.163,15	0,00
Obrigações patronais	418.521,09	0,00	416.521,09	0,00	2.000,00	0,00	416.521,09	0,00
Outras despesas variáveis - pessoal civil	43.364,46	0,00	42.364,46	0,00	1.000,00	0,00	42.364,46	0,00
Contribuição a entidade fechada de previdência	11.955,26	0,00	11.955,26	0,00	0,00	0,00	11.955,26	0,00
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								

3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes	14.322.744,77	11.829.556,84	12.650.425,66	10.662.150,32	1.672.319,11	1.167.406,52	12.650.425,66	10.662.150,32
Diárias - Civil	4.096.835,16	2.776.136,45	4.096.835,16	2.776.136,45	0,00	0,00	4.096.835,16	2.776.136,45
Locação de Mão de Obra	2.903.971,07	2.526.469,29	2.612.401,47	2.320.572,55	291.569,60	205.896,74	2.612.401,47	2.320.572,55
Passagens e Despesas com Locomoção	2.703.309,30	2.422.501,41	2.682.061,01	2.412.801,70	21.284,29	9.699,71	2.682.061,01	2.412.801,70
Demais elementos do grupo	4.618.629,24	4.104.449,69	3.259.128,02	3.152.639,62	1.359.501,22	951.810,07	3.259.128,02	3.152.639,62
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos	1.486.202,85	1.087.929,42	976.399,76	146.937,28	509.803,09	940.992,14	976.399,76	146.937,28
Equipamentos/Material Permanente	1.254.611,23	796.648,02	865.275,38	135.531,88	389.335,85	661.116,14	865.275,38	135.531,88
Aquisição de softwares	231.591,62	291.281,40	111.124,38	11.405,40	120.467,24	279.876,00	111.124,38	11.405,40
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Observação: O quadro acima não contempla o recebimento de recursos oriundos de outras Unidades.

2.3.7 Concessão de Suprimentos de Fundos

Quadro 12 - Concessão de Suprimentos de Fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	200234	ESMPU			3	2.166,85	4.000,00
2014	200234	ESMPU			6	3.882,15	4.000,00
2013	200234	ESMPU	1	189,90	2	2.237,16	4.000,00

Fonte: SIAFI

Quadro 13 – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	200234	ESMPU			3	0,00	2.166,85	2.166,85
2014	200234	ESMPU			6	1.120,00	2.762,15	3.882,15
2013	200234	ESMPU	1	189,90	2	880,00	1.357,16	2.237,16

Fonte: SIAFI

Quadro 14 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
200234	ESMPU	33.90.30	05	140,00
			16	84,30
			24	1.121,47
			25	19,78
			26	357,00
			28	150,00
			29	259,90
			42	34,40
TOTAL				2.166,85

Análise:

No exercício de 2013, o suprimento de fundos foi utilizado inicialmente na modalidade “Conta Tipo B”, haja vista a insuficiência de servidores lotados na ESMPU. A partir de 2014, após o reforço de pessoal, a ESMPU passou a utilizar o Suprimento de Fundos na modalidade de Cartão Corporativo do Governo Federal – CPGF para aquisição de materiais e contratação de serviços de pronto pagamento e entrega imediata, nos termos da legislação vigente, para atender despesas urgentes e indispensáveis à manutenção da Administração. As autorizações de uso do suprimento foram supervisionadas com a exigência de justificativa da necessidade de uso do suprimento de fundos, bem como da compatibilidade com a legislação pertinente.

No que tange às prestações de contas dos suprimentos concedidos, todas foram apreciadas pela área competente e aprovadas pelo Ordenador de Despesas, sem restrições.

2.4 Desempenho operacional

O Desempenho operacional da ESMPU está relacionado diretamente com a sua capacidade de cumprir a sua missão institucional. Para isso a ESMPU mede seu desempenho por meio do acompanhamento da execução das macroatividades elencadas para cada meta diretamente com as áreas envolvidas e da mensuração e análise dos indicadores de desempenho estabelecidos no PDI

2.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

A medição de desempenho na Administração Pública tem como finalidade subsidiar os gestores e os dirigentes em suas decisões, fornecendo informações relevantes como nível de efetividade, eficácia, eficiência, qualidade, economia de recursos e produtividade.

Um bom sistema de indicadores propicia intervenções, correções e ajustes, gera alinhamento, possibilita a comparação e promove a cultura para a excelência. Indicadores são instrumentos essenciais para o monitoramento e avaliação de projetos, processos, programas e políticas das instituições. Por meio deles é possível acompanhar o alcance das metas, identificar avanços, melhorias de qualidade, correção de problemas e apontar necessidades de mudança.

Desde 2007 o TCU realiza avaliações periódicas de situação de governança. Inicialmente o foco era a gestão de tecnologia da informação, depois o TCU passou a avaliar também a situação da governança e gestão de pessoas na Administração Pública Federal.

Diante dos resultados apresentados, o TCU proferiu o Acórdão 3.023/2013-Plenário, em 13/11/2013, recomendando a adoção de medidas “*para promover maior comprometimento da alta administração com a eficiência, efetividade e transparência da gestão de pessoas*”. Também expediu recomendações aos órgãos governantes superiores para que “*orientem as organizações sob sua jurisdição sobre a necessidade de: formalizarem objetivos, metas e mecanismos de monitoramento do desempenho da gestão de pessoas; estabelecerem comitê estratégico de gestão de pessoas; fundamentarem os processos de recrutamento e seleção em perfis de competências, assegurando concorrência e transparência nos processos; propiciarem amplo acesso e divulgarem as respostas ao questionário deste levantamento e às informações do relatório individual com os resultados da avaliação.*”

Para atender tanto às orientações do TCU, quanto às diretrizes estabelecidas pela Administração Superior, a ESMPU passou a adotar, desde 2015, a mensuração do desempenho por meio da análise dos indicadores de desempenho. Foram estabelecidos alguns indicadores de TI, de gestão de pessoas e de resultados, conforme descrito a seguir.

Para os próximos anos, foram estabelecidos, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), indicadores de desempenho para mensurar o alcance de cada uma das metas estratégicas. Também foram criados indicadores específicos de tecnologia da Informação no PDTI, que está em fase de implantação na ESMPU.

1. Indicadores finalísticos

Nome do Indicador	O que mede	Fórmula de cálculo	Meta física 2015	Quantidade atingida
Capacitação de pessoal	Quantitativo de membros e servidores capacitados	Somatório do total de participantes nas atividades acadêmicas realizadas	10.714 capacitados	6.103 capacitados
<p>Análise e justificativa: Quando a meta física para 2015 foi estabelecida, a ESMPU havia assumido o propósito de expandir gradativamente a oferta de atividades acadêmicas a cada ano. Com esse aumento gradativo, buscava-se que até 2015 a ESMPU conseguisse atingir a meta de ofertar 01 (uma) vaga por ano para cada Membro e Servidor da área fim, 01 (uma) vaga por ano para cada dois servidores da área meio e 01 (uma) vaga por ano para cada Servidor até 2017. Contudo, para atingimento de tal propósito, fazia-se necessária a destinação orçamentária correspondente, conforme informado no Plano Plurianual. Em razão dos contingenciamentos orçamentários e do redirecionamento da estratégia da ESMPU, que em 2015 optou por melhorar a qualidade metodológica dos cursos ofertados, diminuindo a quantidade de participantes por curso de 30 para 25, de forma a favorecer a atividade prática e o diálogo nas ações educacionais, não foi possível alcançar a meta de 10.714 capacitados.</p> <p>Outro fator impeditivo para o alcance da meta estava na ampliação da oferta de cursos a distância para Membros do MPU, em 2015. Essa modalidade de ensino permite alcançar maior número de participantes. Contudo, por se tratar de uma modalidade de ensino relativamente nova, a adesão de Membros a cursos a distância foi pequena. Estima-se que tal adesão e interesse irá se expandir ao longo do tempo, por requerer uma mudança cultural e comportamental por parte do discente.</p> <p>Salienta-se ainda que há cursos realizados em 2015 que estão concluídos ou em fase de conclusão, cujos participantes a ESMPU ainda não certificou (certificação a ser realizada em 2016/2017). Contudo, pode-se somar à quantidade de servidores capacitados: aproximadamente 330 capacitados a serem certificados.</p>				

Nome do Indicador	O que mede	Fórmula de cálculo	Meta física 2015	Quantidade atingida
Pesquisa na área jurídica	O quantitativo de projetos de pesquisas desenvolvidos	Somatório do total de participantes nas atividades acadêmicas realizadas	6 projetos de pesquisa.	2 projetos de pesquisa.
<p>Análise e justificativa: A redução da quantidade de projetos de pesquisa desenvolvidos decorre do redirecionamento do orçamento de pesquisa para a formação de pesquisadores por meio do Programa de Mestrado, iniciado em 2015 em parceria com a Universidade Católica de Brasília.</p> <p>Até 2015, foram poucos os projetos de pesquisa desenvolvidos pela ESMPU. Isso decorreu do pouco número de Membros, no MPU que possuem formação para realização de pesquisa empírica, com domínio de metodologia de pesquisa. Assim, a Escola optou por empreender esforços para consecução da meta 2 do objetivo 2 de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) “Possibilitar para que os integrantes do quadro do MPU concluam o Mestrado profissionalizante entre 05 a 10 anos de admissão no MPU”, uma vez que a realização dessa meta viabilizará a consecução da meta 1 do objetivo do PDI relacionado ao desenvolvimento de pesquisas jurídicas. Ou seja, por meio de programas de mestrado, a ESMPU constituirá e capacitará um grupo de pesquisadores que, com o devido rigor metodológico, aprofundarão os estudos jurídicos socialmente relevantes para o crescimento institucional do MPU.</p> <p>Diante disso, espera-se que a Escola maximize a sua produção científica com a formação da primeira turma de concluintes do mestrado profissional (em 2016), com o devido direcionamento da Câmara de Desenvolvimento Científico que, dentre outras funções, indica à Escola as pesquisas que necessitam ser realizadas para investigação de problemas e atualização sobre temas afetos ao MPU, cujos resultados são publicados em periódicos e outras obras, a fim de sistematizar o conhecimento.</p>				

2. Indicadores de Execução Orçamentária e Financeira:

Nome do Indicador	O que mede	Fórmula de cálculo	Meta 2015	Quantidade atingida
Dotação Executada pela ESMPU	Mede o percentual de execução da dotação fixada atualizada pela ESMPU	$(\text{Dotação Executada} / \text{Dotação Fixada Atualizada}) * 100$	Realizar 100% dos créditos consignados na LOA + Créditos	95,27
<p>Análise e justificativa: A ESMPU no exercício de 2015, após os contingenciamentos referentes aos segundo e terceiro bimestres, ao cancelamento da dotação de benefícios assistenciais, e à suplementação de crédito para despesas com pessoal e encargos sociais, passou a ter uma dotação total de R\$ 21.211.160,80. Dessa dotação, foi utilizado o montante de R\$ 20.207.943,81, equivalente a 95,27%. Apesar da meta não ter sido atingida, considera-se que a ESMPU obteve um bom percentual de execução, considerando a conjuntura econômica na qual o País se encontra.</p>				

Nome do Indicador	O que mede	Fórmula de cálculo	Meta 2015	Quantidade atingida
Restos a Pagar Não Processados Pagos da ação 20HP – Gestão e Administração da ESMPU	Mede o percentual de execução dos Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos da ação 20HP – Gestão e Administração da ESMPU	$(\text{Restos a Pagar Não Processados Pagos} / \text{Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos}) * 100$	Realizar 100% dos Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos da ação 20HP – Gestão e Administração da ESMPU	76,90
<p>Análise e justificativa: A ESMPU, no início do exercício de 2015, inscreveu o montante de R\$ 2.206.323,61, referente ao exercício de 2014, considerando o valor de R\$ 97.924,94, descentralizado à Secretaria de Administração – SA/PGR, para pagamento de faturas de despesas com serviços de infraestrutura em eventos de atividades acadêmicas da ESMPU. Esse montante foi inscrito da seguinte forma: R\$ 1.924.567,05 em despesas correntes e despesas de capital; R\$ 153.447,36 para Capacitação de Recursos Humanos; e R\$ 128.309,20 para Pesquisa na Área Jurídica.</p> <p>Adicionado ao montante acima inscrito, a ESMPU reinscreveu o valor de R\$ 155.556,13, referente ao exercício de 2013, sendo: R\$ 8.835,49 para Capacitação de Recursos Humanos e o restante, R\$ 146.720,64, em despesas correntes.</p> <p>Assim, o valor total inscrito de 2014 para execução em 2015 foi de R\$ 2.361.879,74. Desse valor, a ESMPU promoveu pagamentos na ordem de R\$ 1.816.252,24, correspondente a 76,90%; e cancelamentos/bloqueios no valor de R\$ 213.668,43, equivalentes a 9,05%.</p> <p>Resta ainda o montante de R\$ 331.959,07 a ser liquidado no exercício de 2016, o que equivale a 14,05% da dotação inicialmente inscrita em Restos a Pagar Não Processados. Nesse valor, inclui-se o total de R\$ 10.360,41, descentralizados à Secretaria de Administração – SA/PGR.</p> <p>A ESMPU, em atendimento à determinação emanada pelo Tribunal de Contas da União – TCU, estabeleceu Indicadores de Desempenho que possam avaliar a Gestão dos recursos utilizados durante o exercício.</p> <p>Nesse sentido, elaborou o presente indicador para que possa mensurar a utilização dos créditos inscritos em restos a pagar e aprimorar seus instrumentos de controle da execução orçamentária e financeira.</p> <p>Assim, a ESMPU obteve um percentual de execução relativamente bom.</p>				

Nome do Indicador	O que mede	Fórmula de cálculo	Meta 2015	Quantidade atingida
Dotação Executada da ação 11EQ – Construção do Centro de Treinamento da ESMPU	Mede o percentual de execução da dotação fixada atualizada da ação 11EQ – Construção do Centro de Treinamento da ESMPU	$(\text{Dotação Executada} / \text{Dotação Fixada Atualizada}) * 100$	Realizar 100% dos créditos consignados na LOA + Créditos	0,00

Análise e justificativa:

Para a ação de Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União foi fixada uma dotação inicial de R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais), que se destinava à contratação de empresa especializada para execução dos projetos complementares para finalizar a obra. Considerando que os recursos não foram suficientes para execução da obra, não foi possível abrir a licitação. Outro fator que contribuiu para a não execução da dotação foi a necessidade de atender ao contingenciamento orçamentário do segundo e terceiro bimestres de 2015.

Assim, a ESMPU obteve um percentual de execução nulo, haja vista a impossibilidade de execução dos créditos consignados.

Nome do Indicador	O que mede	Fórmula de cálculo	Meta 2015	Quantidade atingida
Restos a Pagar Não Processados Pagos da ação 11EQ – Construção do Centro de Treinamento da ESMPU	Mede o percentual de execução dos Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos da ação 11EQ – Construção do Centro de Treinamento da ESMPU	$(\text{Restos a Pagar Não Processados Pagos} / \text{Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos}) * 100$	Realizar 100% dos Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos da ação 11EQ – Construção do Centro de Treinamento da ESMPU	0,00

Análise e justificativa: Em 2015, a ESMPU não realizou inscrição ou execução de restos a pagar referentes a exercícios anteriores, resultando em um percentual de execução nulo.

A ESMPU, em atendimento à determinação emanada pelo Tribunal de Contas da União – TCU, estabeleceu Indicadores de Desempenho que possam avaliar a Gestão dos recursos utilizados durante o exercício.

Nesse sentido, elaborou o presente indicador para que possa mensurar a utilização dos créditos inscritos em restos a pagar e aprimorar seus instrumentos de controle da execução orçamentária e financeira.

Assim, a ESMPU obteve um percentual de execução nulo, devido a não realização de inscrição ou execução de restos a pagar referentes a exercícios anteriores.

3. Indicadores para monitoramento da Gestão de Pessoas

Nome do Indicador	O que mede	Fórmula de cálculo*	Meta 2015	Quantidade atingida
Índice de Absenteísmo	As faltas dos servidores ao local de trabalho por motivo de doenças, acidentes de trabalho, direitos legais, fatores sociais e culturais.	$(\text{Total de faltas} \times 100) \div \text{Dias de Trabalho}$	$\leq 3\%$	3,56%

Análise e justificativa: No período medido pelo indicador, o ano de 2015, o realizado, de 3,56%, ficou dentro do aceitável. No entanto, deve-se adotar medidas (melhoria das instalações, implementação do programa de qualidade de vida) que propiciem o atingimento do percentual adequado ($\leq 3\%$), com vistas a diminuição dos custos diretos e indiretos que o absenteísmo representa para a instituição.

*

Cálculo do Índice de Absenteísmo

	Período	LTS (1)	DFP (2)	Total de falta (3)	Servidores (4)	Dias de Trabalho (5)	IA (%)
2015	total	1380	153	1533	118	43070	3,56

O índice de absenteísmo (IA) medido pela ESMPU é o produto da:

- 1 – LTS – Quantidade de dias de licença para tratamento da saúde.
- 2 – DFP – Quantidade de dias de licença por motivo de doença em pessoa da família.
- 3 – Total de faltas – LTS + DFP = Total de dias não trabalhados por motivo de licenças.
- 4 – Servidores – Quantitativo de servidores ativos em cada mês.
- 5 – Dias de trabalho – Servidores ativos multiplicados por total de dias do mês.
- 6 – IA (Índice de absenteísmo) = $(\text{total de faltas} \times 100) \div \text{Dias de Trabalho}$.

Nome do Indicador	O que mede	Fórmula de cálculo	Meta 2015	Quantidade atingida
Índice de rotatividade	As faltas dos servidores ao local de trabalho por motivo de doenças, acidentes de trabalho, direitos legais, fatores sociais e culturais.	$(\text{Número de ingressos não planejados} + \text{o número de desligamentos voluntários}) / (\text{número de servidores no início do período medido}) \times 100$.	0-5% - bom 5 a 10% atenção >10% preocupante	1,38%

Análise e justificativa: No ano de 2015 constatou-se que a rotatividade de pessoal na ESMPU ficou dentro do limite considerado bom, indicando que o ambiente organizacional é estável. No exercício de 2015, a ESMPU somente teve um caso de vacância, ocasionado pela posse em cargo público inacumulável, em outro Órgão.

Para cálculo do indicador não foram consideradas as nomeações realizadas para implementação da Lei 13032/2014, conforme autorização do anexo V da Lei 13115/2015, por se tratarem de ingressos planejados, que visavam a expansão/crescimento da ESMPU e não de substituição de pessoal.

As vagas decorrentes de vacância são providas por meio de concurso público, observada a dotação orçamentária. A reposição é realizada periodicamente.

Nome do Indicador	O que mede	Fórmula de cálculo	Meta 2015	Quantidade atingida
Capacitação da força de trabalho	As faltas dos servidores ao local de trabalho por motivo de doenças, acidentes de trabalho, direitos legais, fatores sociais e culturais.	Treinamentos institucionais, promovidos pelo Ministério Público da União / dividido pela força de trabalho.	35 h/a por servidor	52,05 h/a por servidor

Análise e justificativa: No ano de 2015, o índice foi de 52,05 horas de capacitação por pessoa. O resultado atingido foi superior ao previsto (35 h), evidenciando o esforço da ESMPU em proporcionar capacitação permanente e continuada do quadro de servidores, gerando conhecimento e melhorando a qualidade dos serviços prestados pela instituição.

Nome do Indicador	O que mede	Fórmula de cálculo	Meta 2015	Quantidade atingida
Índice de implementação do quadro de pessoal da ESMPU (Lei 13032/2014)	Mede a implementação da Lei nº 13.032/2014, de 24 de setembro de 2014 – Que Dispõe sobre a criação do quadro próprio de pessoal da ESMPU.	Produto de provimentos – somatória de cargos efetivos, de cargos comissionados e de funções comissionadas – multiplicado por 100, dividido pelo número de cargos criados pela lei 13032/2014.	25% dos cargos implementados em 2015	25% Meta alcançada

Análise e justificativa: Em 25 de setembro de 2014, foi publicada, no DOU-2, a Lei 13032/2014, que dispõe sobre a criação do quadro de pessoal, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e das funções de confiança da Escola Superior do Ministério Público da União.

Foram criados 203 cargos efetivos, sendo 86 Analistas e 117 Técnicos e 83 cargos em comissão e funções comissionadas (36 e 47, respectivamente).

Além disso, foram preservados 13 cargos em comissão e 3 funções comissionadas criados pelo art. 12 da Lei 9628 de 1998, destinados à estrutura administrativa da ESMPU.

O provimento dos cargos criados pela Lei ficou condicionado à expressa autorização em anexo próprio da Lei orçamentária anual, sendo, para o exercício de 2015, limitado a 72 ingressos (anexo V da Lei 13115/2015).

Por determinação da administração superior ficaram assim distribuídos: 35 cargos efetivos, 14 cargos em comissão e 23 funções comissionadas.

Dessa forma, foi criado o indicador para acompanhamento da implementação da lei, definido pelo produto de provimentos – somatória de cargos efetivos, de cargos comissionados e de funções comissionadas – multiplicado por 100, dividido pelo número de cargos criados pela lei 13032/2014.

Estabeleceu-se a meta de 25% para o ano de 2015, que foi plenamente atingida, indicando que o planejamento dos ingressos foi efetivo, gerando o incremento do quadro de pessoal, bem como possibilitando a implementação de novas Unidades Administrativas na estrutura da ESMPU.

4. Indicadores de Tecnologia da Informação

a) Demandas por bens e serviços de TI – comparação planejado versus realizado:

Nome do Indicador	O que mede	Fórmula de cálculo	Meta 2015	Quantidade atingida
Demandas por bens e serviços de TI	Nível de conclusão dos itens previsto no planejamento de TI para o exercício de 2015	(Demandas atendidas / Demandas Planejadas) *100	100%	69,59% das demandas foram atendidas
<p>Análise e justificativa: O indicador tem por finalidade comparar itens previstos no planejamento da TI em comparação com o que foi concluído no ano, relacionando também uma única intercorrência que surgiu e foi concluída ainda em 2015.</p> <p>Considerando que 2015 foi ano em que houve cortes substanciais no orçamento da ESMPU, o que ensejou redefinições e diversas reprogramações no orçamento da área de TI; Considerando ainda que a nova estrutura da ESMPU vem sendo implementada de forma gradativa, o que levou a formação de novas equipes de trabalho e essas equipes levam um tempo para conhecer e assimilar o funcionamento da escola, foi então apurado que em 23 (vinte e três) demandas planejadas, 16 (dezesesseis) foram atendidas e 07 (sete) não atendidas, o que corresponde ao percentual de 69,56% de realizações e 30,43% de não realizações. Houve ainda 01 (uma) intercorrência, isto é, demanda que não constava no planejamento da Secretaria de Tecnologia da Informação.</p> <p>O gráfico abaixo demonstra relação entre demandas atendidas e não atendidas. O quadro I) <i>Resumo</i> equivale a representação gráfica expressa em termos percentuais.</p> <p>As evidências dos dados apresentados seguem detalhadas no quadro II) <i>Bens e Serviços demandados</i>.</p> <p>Tendo em vista o cenário estabelecido no ano 2015 e a nova estrutura da Secretaria de Tecnologia da Informação, a conclusão é que o resultado foi satisfatório.</p>				

Quadro 15 - Bens e Serviços Demandados

Item	Relação de bens e serviços demandados	Planejado	Realizado	Situação da demanda
1	Infraestrutura de comunicação de dados para Infovia Brasília	1. Sim	2. Sim	Opção pela Infovia Brasília. Infraestrutura concluída no 2º semestre 2015.
2	Suporte e manutenção do Sistema de Informações para o Ensino - SIE	1. Sim	2. Não	Considerando que houve atualização e contratação de manutenção evolutiva em 2014, ESMPU optou por acompanhar conclusão dos serviços contratados em 2014 e não contratar novos serviços em 2015.
3	Aprimoramento dos serviços de <i>outsourcing</i> de impressão	1. Sim	2. Não	Processo de licitação instruído em parceria com a Procuradoria-Geral da República. Licitação ocorreu em dezembro de 2015, mas ainda não houve contratação.
4	Serviços de suporte e manutenção do <i>Firewall</i>	1. Sim	2. Não	Processo de licitação foi instruído, mas a licitação ocorrida em dezembro de 2015 não logrou êxito.
5	Certificados digitais para servidores em produção no centro de processamento de dados ESMPU	1. Sim	1. Sim	Secretaria de Tecnologia da Informação obteve êxito na utilização de certificados digitais obtidos sem ônus
6	Solução <i>antivírus</i>	1. Sim	1. Sim	Solução <i>antivírus</i> adquirida em

Item	Relação de bens e serviços demandados	Planejado	Realizado	Situação da demanda
				parceria com a Procuradoria-Geral da República.
7	Computadores <i>desktop</i>	1. Sim	1. Sim	42 (quarenta e dois) novos computadores desktop adquiridos mediante adesão à Ata de Registro de Preços da Procuradoria-Geral da República
8	<i>Notebooks</i>	1. Sim	1. Sim	6 (seis) novos notebooks adquiridos por meio de adesão à Ata de Registro de Preços do Exército para atendimento de necessidades das atividades acadêmicas
9	Coletores de dados	1. Sim	2. Não	Não houve conclusão dos requisitos e nem das especificações técnicas.
10	<i>Software</i> de virtualização	1. Sim	1. Sim	Aquisição de 12 (doze) licenças do software VMware e 01 (uma) licença Vcenter mediante licitação na modalidade pregão eletrônico
11	<i>Microsoft System Center, Windows Server Datacenter e Core user CAL</i>	1. Sim	1. Sim	Aquisição de 03 (três) licenças do Microsoft System Center e 03 (três) Windows Server Datacenter e 260 (duzentos e sessenta) licenças Core User CAL mediante licitação na modalidade pregão eletrônico
12	<i>Microsoft Office</i>	1. Sim	1. Sim	Aquisição de 16(dezesseis) licenças Microsoft Office para atendimento de demandas da área acadêmica, administrativa e de tecnologia da informação
13	<i>Adobe Creative Suite</i>	1. Sim	1. Sim	Aquisição de 05 (cinco) licenças Adobe Creative Cloud para atender áreas acadêmicas e de comunicação social.
14	<i>Software</i> destinado à configuração de <i>Cluster Failover</i> para banco de dados Oracle	1. Sim	1. Sim	Adquiridas 04 (licenças) de software Dbvisit Standby
15	Projektor para apresentações	1. Sim	1. Sim	Não houve necessidade de contratação. Demanda atendida por meio de remanejamento de equipamento entre áreas internas da Escola.
16	Monitor TV 40"	1. Sim	1. Sim	Não houve necessidade de contratação. Demanda atendida por meio de remanejamento de equipamento entre áreas internas da Escola.
17	Monitor 24"	1. Sim	1. Sim	Não houve necessidade de contratação. Demanda atendida por meio de remanejamento de equipamentos entre áreas internas da Escola.
18	<i>Software</i> leitor de tela - <i>Jaws</i>	1. Sim	1. Sim	Aquisição de 01 licença para atender servidora deficiente visual.
19	Peças, acessórios e componentes diversos para	1. Sim	2. Não	A instrução do processo de licitação

Item	Relação de bens e serviços demandados	Planejado	Realizado	Situação da demanda
	o centro de processamento de dados ESMPU			não foi concluída.
20	Materiais de processamento de dados para suporte de tecnologia da informação	1. Sim	2. Não	Procedimento licitatório por dispensa de licitação não logrou êxito.
21	Serviços de comunicação de dados Infovia Brasília	1. Sim	2. Não	Operacionalização prevista para fevereiro 2016
22	Nobreaks de pequeno porte	1. Sim	1. Sim	Instalação dos novos equipamentos encontra-se em andamento
23	Teclado adaptado para Braille	1. Sim	1. Sim	Aquisição de 01 unidade para atender servidora deficiente visual.
24	Adobe Captivate	2. Não	1. Sim	Não contabilizado como demanda. Intercorrência que surgiu ao longo do ano 2015. Pleito foi atendido.

b) Treinamentos destinados a servidores da área de TI – comparação planejado contra realizado

Nome do Indicador	O que mede	Fórmula de cálculo	Meta 2015	Quantidade atingida
Treinamentos destinados a servidores da área de TI	Demonstra o percentual de atingimento da meta de treinamentos ou eventos na área de TI planejados para 2015.	$(\text{Treinamentos ou eventos realizados} / \text{Treinamentos ou eventos Planejados}) * 100$	100%	50%
<p>Análise e justificativa: Treinamentos e eventos destinados aos servidores que atuam na área de TI são decorrentes do levantamento de necessidades de treinamentos e atividades acadêmicas planejadas para o ano; de parcerias com órgãos do Ministério Público da União; demais instituições públicas e também de eventos promovidos por empresas do segmento de tecnologia da informação e comunicação.</p> <p>Para o ano 2015 foram previstos 32 (trinta e dois) eventos em temas considerados relevantes para os servidores que atuam em TI. Dos treinamentos ou eventos previstos, metade foram realizados, isto é, 16 (dezesesseis) realizações em 32 (trinta e duas) o que corresponde a 50 % de êxito conforme demonstrado no gráfico abaixo.</p> <p>Os treinamentos e eventos de TI possuem custo mais elevado quando comparados com as atividades de treinamento do serviço público em geral. Isto porque boa parte dos treinamentos em TI envolvem laboratórios que sejam dotados de computadores, sistemas específicos e instrutores certificados pelos fabricantes. Ademais, a Secretaria de Tecnologia da Informação buscou viabilizar prioritariamente treinamentos que pudessem ser providos diretamente pela ESMPU, mas houve dificuldade na captação de instrutores qualificados e também na preparação de ambiente tecnológico capaz de oferecer desempenho que fosse considerado aceitável para os treinamentos previstos.</p> <p>Parte dos treinamentos e eventos que não foram previstos no planejamento da Secretaria de Tecnologia da Informação ocorreram em decorrência de parceria com o Ministério Público Federal e o evento constante no item 2 – <i>Peticionamento Eletrônico e Arquivos</i> foi promovido por empresa privada sem ônus para Administração Pública.</p> <p>O quadro III) <i>Resumo – Necessidades de treinamentos</i> reflete em termos percentuais o que foi demonstrado no Gráfico II.</p> <p>O quadro IV) <i>Necessidades de treinamentos</i> apresenta as evidências das necessidades de treinamentos e eventos mapeados para os servidores da área de TI da ESMPU.</p> <p>A quantidade de treinamento previsto quando comparado com realizado reflete a necessidade de disseminação de conhecimento nas equipes que se encontram em formação e é resultado da nova estrutura da ESMPU, motivo pelo qual a conclusão é que o resultado final para o ano 2015 foi satisfatório, mas com ressalvas.</p>				

Quadro 16 - Necessidades de treinamentos

Item	Necessidades de treinamento	Planejado	Realizado	Situação do treinamento ou evento
1	Seminário Controle Externo em Ação – Presente e Futuro da Fiscalização de TI, em 02/06/2015, realizado nas dependências do TST.	1. Sim	1. Sim	Com ônus para Escola.
2	Evento Peticionamento Eletrônico & Arquivos PDF Profissionais no DF, 10/06/2015	1. Sim	1. Sim	Sem ônus para Escola.
3	Treinamento sobre Indicadores, período de 12 a 14/08/2015	1. Sim	1. Sim	Realizado mediante instrutoria interna.
4	Eventos de Ambientação de novos servidores, maio e outubro de 2015	1. Sim	1. Sim	Sem ônus para Escola.
5	Treinamento Contratações de Tecnologia da Informação, período de 08/06 a 17/07/2015.	1. Sim	1. Sim	Atividade acadêmica.
6	Evento Oracle OpenWorld, 23 a 25/06/2015, em São Paulo – SP	1. Sim	1. Sim	Com ônus para Escola.
7	Fórum Internacional de Software Livre, Porto Alegre – RS, de 08 a 11/06/2015	1. Sim	1. Sim	Com ônus para Escola.
8	Treinamento Firewall Fortinet, período de 21 a 25/09/2015	2. Não	1. Sim	Sem ônus para Escola. Decorrente de parceria com o Ministério Público Federal
9	Treinamento “Windows Server 2012 installation and configuration”, no período de 19/10 a 30/10/2015	1. Sim	1. Sim	Com ônus para Escola.
10	Treinamento TrendMicro, realizado no período 04 a 08/05/2015	1. Sim	1. Sim	Sem ônus para Escola.
11	Treinamento Storage EMC2, realizado no período de 11 a 15/05/2015	2. Não	1. Sim	Sem ônus para Escola. Decorrente de parceria com o Ministério Público Federal
12	Encontro de Governança de TI do Min Integração Regional, 24/11/2015	1. Sim	1. Sim	Sem ônus para Escola.
13	II Seminário de Metodologia Ágil do SISP, Min Planejamento, 23/06/2015	1. Sim	1. Sim	Sem ônus para Escola.
14	11ª Edição do Moodle Moot Brasil, Uni-Ceub, dias 27 e 28/11/2015	2. Não	1. Sim	Sem ônus para Escola.
15	Seminário Estratégia de Governança Digital, Min Planejamento, 16/6/2015	1. Sim	1. Sim	Sem ônus para Escola.
16	Scrum Gathering – Rio, 15/08/2015, Rio de Janeiro – RJ	1. Sim	1. Sim	Com ônus para Escola.
17	Segurança de Redes e Sistemas, no período de 01 a 03/12/2015	1. Sim	1. Sim	Atividade acadêmica.
18	Planejamento e Gestão Estratégica de TI, 24 a 26/11/2015	1. Sim	1. Sim	Atividade acadêmica.
19	Fundamentos de Governança de TI, 17 a 19/11/2015	1. Sim	1. Sim	Atividade acadêmica.
20	Administração de Servidores Plone 4, 14 a 16/10/2015	1. Sim	1. Sim	Atividade acadêmica.
21	Análise Pontos de Função, 07 a 09/10/2015	1. Sim	1. Sim	Atividade acadêmica.

Item	Necessidades de treinamento	Planejado	Realizado	Situação do treinamento ou evento
22	Desenvolvimento Ágil para Web com Ruby on Rails 4	1. Sim	2. Não	***
23	Ferramentas Asten Processos e Indicadores	1. Sim	2. Não	***
24	Administering Windows Server 2012	1. Sim	2. Não	***
25	Configuring Advanced Windows Server 2012 Services	1. Sim	2. Não	***
26	Administering System Center 2012 Configuration Manager	1. Sim	2. Não	***
27	Designing and Implementing a Server Infrastructure	1. Sim	2. Não	***
28	HDI Support Center Manager	1. Sim	2. Não	***
29	Apresentação GP-Web	1. Sim	2. Não	***
30	Apresentação Media Wiki	1. Sim	2. Não	***
31	SIE para usuários finais	1. Sim	2. Não	***
32	MySql for Database Administrators	1. Sim	2. Não	***
33	Palo Alto Essentials 201-Firewall Installation, Configuration, & Management	1. Sim	2. Não	***
34	vSphere ICM v 5.1 VMware vSphere: Install, Configure, Manage v5.1	1. Sim	2. Não	***
35	Curso Cisco CCNA CCENT (Cisco ICND1 - 100-101)	1. Sim	2. Não	***
36	Curso Cisco CCNA ICND2 (Cisco ICND2 - 200-101)	1. Sim	2. Não	***
37	Qcon São Paulo	1. Sim	2. Não	***

3 GOVERNANÇA

3.1 Descrição das estruturas de governança

As Unidades de Governança da ESMPU possuem, cada uma em sua área de atuação, as seguintes atribuições regimentais:

- **Conselho Administrativo (CONAD)**

Base normativa: Regimento Interno da ESMPU – Aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 905, de 16/12/2013, com nova redação aprovada pela Portaria PGR/MPU nº 78, de 22/10/2014.

Forma de atuação: Colegiado.

Ao Conselho Administrativo (CONAD) compete:

I - gerir as atividades da ESMPU;

II – emitir parecer conclusivo sobre a proposta de Regimento Interno, submetendo-a à aprovação do Procurador-Geral da República;

III - avaliar a organização e funcionamento dos serviços administrativos;

IV - fixar a política de pessoal da ESMPU;

V - deliberar sobre admissão e dispensa do corpo docente da ESMPU;

VI - emitir parecer conclusivo sobre Relatório e Balanços anuais da ESMPU, submetendo-os à aprovação do Procurador-Geral da República;

VII - aprovar o plano de atividades, bem como o orçamento correspondente;

VIII - autorizar contratações de serviços de profissionais especializados para atender às exigências de trabalho técnico na ESMPU;

IX- opinar sobre a realização de convênios;

X- apreciar e decidir a indicação de candidatos à docência na ESMPU;

XI - decidir sobre propostas de realização e apoio a cursos e eventos;

XII - conhecer e decidir recursos contra atos do Diretor-Geral, do Diretor-Geral Adjunto, de membros do Conselho e dos Coordenadores de Ensino;

XIII - estabelecer diretrizes e normas para aplicação de recursos financeiros disponíveis;

XIV - acompanhar e avaliar o resultado dos recursos financeiros aplicados;

XV - aprovar proposta de alteração do Regimento Interno da ESMPU e encaminhá-la ao Procurador-Geral da República;

XVI - deliberar, por voto de dois terços de seus membros, sobre o envio ao Procurador-Geral da República de proposta de elaboração de projeto de lei para a extinção da ESMPU;

XVII - constituir Câmara Editorial para a edição de temas de interesse da ESMPU;

XVIII – apreciar e decidir a indicação dos integrantes das Câmaras da ESMPU; e

XIX - deliberar sobre a dispensa de titulação acadêmica do Docente.

- **Diretoria Geral (DIRGE)**

Base normativa: Regimento Interno da ESMPU – Aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 905, de 16/12/2013, com nova redação aprovada pela Portaria PGR/MPU nº 78, de 22/10/2014.

Forma de atuação: Em linha.

À Diretoria Geral (DIRGE) compete:

I - exercer as funções de gestão no âmbito da ESMPU; e

II - subsidiar o CONAD na tomada de decisões.

- **Coordenação de Ensino para cada ramo do Ministério Público da União (MPU)**

Base normativa: Regimento Interno da ESMPU – Aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 905, de 16/12/2013, com nova redação aprovada pela Portaria PGR/MPU nº 78, de 22/10/2014.

Forma de atuação: Em linha.

Às Coordenações de Ensino (CE) compete:

I - supervisionar a elaboração e a execução do Plano de Atividades do respectivo ramo do MPU;

II - submeter à aprovação do CONAD as atividades acadêmicas e de extensão;

III - coordenar os trabalhos de comissões instituídas para finalidades específicas que envolvam assuntos e interesses da área de ensino; e

IV - participar de sessões do CONAD, como representantes do Corpo Docente.

- **Câmara de Desenvolvimento Científico (CDC)**

Base normativa: Regimento Interno da ESMPU – Aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 905, de 16/12/2013, com nova redação aprovada pela Portaria PGR/MPU nº 78, de 22/10/2014. Regulamento da CDC – Aprovado pela Portaria n.74, de 11/09/2014.

Forma de atuação: Colegiado.

À Câmara de Desenvolvimento Científico (CDC) compete:

I - discutir cenários e temas relevantes para a capacitação dos integrantes do MPU, podendo, para tanto, instituir comissões;

II - propor a política institucional no que tange a projetos de pesquisa científica aplicada; e

III - avaliar a relevância e a efetividade da pesquisa científica aplicada.

- **Câmara Editorial (CED)**

Base normativa: Regimento Interno da ESMPU – Aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 905, de 16/12/2013, com nova redação aprovada pela Portaria PGR/MPU nº 78, de 22/10/2014. Regulamento da CED – Aprovado pela Portaria n. 75 de 11/09/2014.

Forma de atuação: Colegiado.

À Câmara Editorial (CED) compete:

I - examinar o conteúdo, a forma dos projetos de publicações de caráter científico e a sua pertinência às linhas editoriais da ESMPU;

II - propor a modalidade de publicação e tiragem da obra;

III - definir os artigos que irão compor cada edição do Boletim Científico; e

IV - propor ao Diretor-Geral a prioridade das publicações da ESMPU.

A ESMPU não possui Auditoria Interna própria. O controle interno é exercido pela Auditoria Interna do Ministério Público da União.

3.2 Atuação da unidade de auditoria interna

A ESMPU não possui Auditoria Interna própria. O controle interno é exercido pela Auditoria Interna do Ministério Público da União.

3.3 Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

No exercício de 2015, a ESMPU não foi objeto de atividades de correção, tampouco autuou processo para apuração de ilícitos administrativos.

3.4 Gestão de riscos e controles internos

Quadro 17 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar					X

responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise crítica e comentários relevantes:					
- O Código de ética adotado pela ESMPU é o mesmo adotado pelo Governo Federal (Decreto N° 1.171, de 22 de Junho de 1994);					
- O controle interno da ESMPU é realizado pela AUDIN/MPU;					
- O instrumento de planejamento de longo prazo da ESMPU é o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), disponível no sitio www.escola.mpu.mp.br .					
Escala de valores da Avaliação:					
<i>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</i>					
<i>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</i>					
<i>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</i>					
<i>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</i>					
<i>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</i>					

4 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

As ações da Escola Superior do Ministério Público da União destinam-se, por lei, ao público interno do Ministério Público da União, constituído por membros e servidores. Em casos muito específicos é permitida a participação, por convite, de pessoas de outras instituições e convidados.

4.1 Canais de acesso do cidadão

No portal da ESMPU na Internet, endereço <http://escola.mpu.mp.br>, existem dois links para o acesso do cidadão:

- O link “Transparência ESMPU”, onde está disponível o “Serviço de Informações ao Cidadão”, que contém orientações relacionadas ao encaminhamento de pedidos de informação, solicitações, reclamações, críticas e sugestões, além de dados sobre a estrutura e a atividade-fim da Escola, os horários de atendimento presencial ao cidadão, além de link direto para o Portal da Transparência ESMPU.
- O link “Fale Conosco”, que dá acesso a dois formulários: o primeiro é voltado ao atendimento dos docentes e alunos da ESMPU; e o segundo, destinado ao atendimento do cidadão, que pode encaminhar à Escola sugestões, dúvidas, críticas, reclamações, elogios e pedidos de informação com base na Lei nº 12.527/2011.

Existe, ainda, o Núcleo de Atendimento ao Cidadão, que funciona no edifício-sede da ESMPU/PRDF e presta os serviços de atendimento presencial às pessoas que procuram o órgão para pedidos de informações, denúncias, e outros. O Núcleo atende a PRDF e a ESMPU, por funcionar no mesmo edifício.

A Assessoria de Comunicação (ASCOM) da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) atua para dar publicidade às atividades-fim da instituição (escola e editora), contribuindo para projetar a imagem do órgão como modelo de referência entre as Escolas de Governo.

Na Comunicação Externa, o setor faz um trabalho direcionado ao público-alvo (membros e servidores do MPU) e à sociedade por meio da divulgação dos serviços prestados pela instituição.

A comunicação com membros e servidores ocorre de forma direta (via *e-mails* e mensagens no *WhatsApp* – apenas para membros) e pelos canais de comunicação da Escola: *site* e redes sociais (*Facebook*, *YouTube* e *Twitter*). O conteúdo é enviado também para as Assessorias de Comunicação dos órgãos ligados ao MPU e divulgado nos canais fechados de comunicação (grupo privado no *Facebook* para membros e servidores).

As atividades de interesse da sociedade em geral são noticiadas no *site* e nos perfis do *Facebook*, *Twitter* e *YouTube* (videoaulas e “Espaço Debate”).

▪ Produtos direcionados a membros e servidores:

- ✓ Publicação de notícias no Portal da ESMPU (<http://escola.mpu.mp.br>) com informações sobre atividades acadêmicas (editais de treinamento, eventos, videoaulas), lançamentos da Editora ESMPU, edições do programa “Espaço Debate” e notícias institucionais (TABELA 1 e GRÁFICO 1);
- ✓ Envio de informações para os *e-mails* dos membros sobre atividades acadêmicas da Escola, publicações da Editora ESMPU, edições do programa “Espaço Debate” e notícias institucionais;

- ✓ Envio de *releases* para as Assessorias de Comunicação dos órgãos do MPU com informações sobre atividades acadêmicas da Escola, publicações da Editora ESMPU, edições do programa “Espaço Debate” e notícias institucionais;
- ✓ Envio de notas curtas via *WhatsApp* para membros dos quatro ramos do MPU sobre as atividades acadêmicas da Escola, publicações da Editora ESMPU, edições do programa “Espaço Debate” e notícias institucionais; e
- ✓ Publicação no grupo privado no *Facebook* (membros e servidores do MPU) de notas curtas sobre as atividades acadêmicas da Escola, lançamentos da Editora ESMPU, edições do programa “Espaço Debate” e notícias institucionais.

▪ **Produtos direcionados à sociedade em geral:**

- ✓ Publicação de notícias no Portal da ESMPU (<http://escola.mpu.mp.br>) com informações sobre atividades acadêmicas abertas ao público externo, eventos, videoaulas, lançamentos da Editora ESMPU, edições do programa “Espaço Debate” e notícias institucionais;
- ✓ Produção do programa de entrevista “Espaço Debate”, publicado no YouTube e no Facebook. Criado em 2015, o programa aborda a cada edição um tema da agenda nacional. O objetivo é discutir os assuntos em pauta na sociedade sob a perspectiva do Ministério Público da União, contribuindo assim para promover a reflexão de temáticas da agenda pública. O projeto foi finalista do Prêmio do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) na categoria “Comunicação e Relacionamento”. Ao todo, já foram divulgados seis programas (TABELA 2);
- ✓ Publicação nas redes sociais (Facebook, Twitter e YouTube) de videoaulas produzidas pela ESMPU sobre temas ligados à área jurídica. Ao longo de 2015, foram divulgadas onze videoaulas (TABELA 3).

Serviço de Informação ao Cidadão

A ASCOM ainda é responsável por administrar o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). Por meio do SIC, disponível no portal da ESMPU, acessível ao clicar no *link* “Fale Conosco”, os cidadãos entram em contato com a Escola para poder tirar dúvidas sobre as atividades acadêmicas ou solicitar alguma publicação produzida pela ESMPU.

Ao chegar algum registro a caixa de e-mail do SIC, a ASCOM encaminha a demanda para a área responsável. Ao longo do ano de 2015, a ESMPU recebeu 77 manifestações dos cidadãos, conforme demonstra a TABELA 4 e a FIGURA 2.

Tabela 1 - Notícias publicadas no portal da ESMPU

NOTÍCIAS PUBLICADAS NO PORTAL DA ESMPU	
Atividades acadêmicas	219
Outros (administrativo, institucional, publicações, eventos, Espaço Debate)	30
TOTAL	249

Figura 1 - Notícias publicadas no portal da ESMPU



Tabela 2 - Edições do programa espaço debate

EDIÇÕES DO PROGRAMA ESPAÇO DEBATE		
DATA	TEMA	ENTREVISTADO
29/06/2015	Redução da maioria penal	Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, Aurélio Rios
27/07/2015	Terceirização no mercado de trabalho	Procurador do Trabalho Helder Amorim
24/08/2015	Crimes de ódio em razão de raça, religião, orientação sexual, gênero e origem.	Promotor de Justiça Thiago Pierobom de Ávila
29/09/2015	Campanha 10 Medidas contra a Corrupção	Subprocurador-Geral da República Nicolao Dino
26/09/2015	Desafios do novo Procurador-Geral do Trabalho a frente da chefia do Ministério Público do Trabalho	Procurador-Geral do Trabalho, Ronaldo Fleury
30/10/2015	Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)	Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) Júlio Marcelo

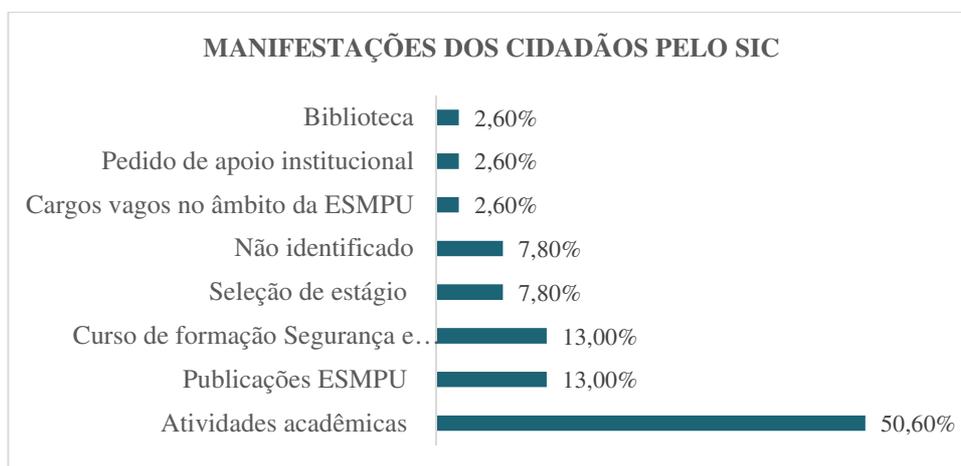
Tabela 3 - Videoaulas publicadas em 2015

VIDEOAULAS PUBLICADAS EM 2015		
DATA	TEMA	DOCENTE
25/05/2015	Direito Internacional dos Refugiados e Apátridas	Procurador Regional da República André de Carvalho Ramos
10/06/2015	Construções responsáveis: saúde e segurança do trabalhador na construção civil	Procurador do Trabalho Ilan Fonseca
18/06/2015	Inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho	Procuradora do Trabalho Sofia Vilela
25/06/2015	A greve como direito	Procurador Regional do Trabalho Gérson Marques
01/07/2015	Conheça o MPT: o que é, o que faz e como atua	Procurador do Trabalho Marcel Trentin
05/08/2015	Análise Econômica do Direito e Teoria dos Jogos	Procurador da República André Bueno
19/08/2015	Desvendando o trabalho escravo no Brasil	Procurador do Trabalho Renan Bernardi Kalil
03/09/2015	Competências da Justiça Militar	Promotor de Justiça Militar Cícero Coimbra
29/10/2015	Programa de Integridade, Interfaces Externas e Lei Anticorrupção	Subprocurador-Geral da República Antônio Fonseca
25/11/2015	Tribunal Penal Internacional	Promotora de Justiça Militar Najla Nassif Palma
09/12/2015	Lei Anticorrupção Empresarial	Procurador da República Ronaldo Pinheiro de Queiroz

Tabela 4 - Manifestações dos cidadãos pelo SIC

MANIFESTAÇÕES DOS CIDADÃOS PELO SIC		
Atividades acadêmicas	39	50,60%
Publicações ESMPU	10	13,00%
Curso de formação Segurança e Transporte	10	13,00%
Seleção de estágio	6	7,80%
Não identificado	6	7,80%
Cargos vagos no âmbito da ESMPU	2	2,60%
Pedido de apoio institucional	2	2,60%
Biblioteca	2	2,60%
TOTAL	77	100,00%

Figura 2 - Manifestações dos cidadãos pelo SIC



4.2 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A Secretaria de Planejamento e Projetos da ESMPU aplica avaliações de reação e de impacto em todas as atividades acadêmicas promovidas pela Escola e apresenta, periodicamente, os resultados aos clientes de seus serviços: docentes e discentes.

4.3 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

No portal da ESMPU na Internet, endereço <http://escola.mpu.mp.br>, está disponível o *link* “Transparência ESMPU”, que, além de informações sobre a estrutura e a atividade-fim da Escola, contém *link* de acesso ao Portal da Transparência da instituição. O Portal da Transparência apresenta seções relacionadas à execução orçamentária e financeira, onde também são publicadas as informações sobre prestação de contas; à gestão de pessoas; a aquisições, contratos e convênios, incluindo dados sobre licitações em andamento; à realização de atividades acadêmicas e de extensão; e à emissão de bolsas capacitação e passagens aéreas. O conteúdo pode ser acessado sem restrições e sem necessidade de cadastro de usuário ou de senhas.

4.4 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

No exercício de 2015 foram adotadas as seguintes ações para garantir a acessibilidade ao edifício:

- Aquisição de balcões e mobiliários acessíveis para atendimento ao público em todas as portarias e recepções do edifício.
- Reforma interna com troca de piso para nivelamento ou execução de rampas em adequação à norma de acessibilidade; instalação de sinalização podo tátil; reforma de escada com instalação de corrimão acessível e sinalização braile; substituição de maçanetas bola por maçanetas alavanca nas portas que ainda não estavam adequadas.
- Substituição de sinalização visual antiga por nova, adequada aos requisitos da norma de acessibilidade; instalação de sinalização em braile; instalação de mapas táteis.

Além das medidas adotadas, o edifício-sede da ESMPU já possuía:

- Rampas de acesso nas entradas do edifício.
- Acesso ao edifício, nas entradas lateral e frontal com unificação do nível entre rampas e calçadas de acesso.
- Vagas especiais e sinalização do estacionamento.
- Elevadores com botoeiras na altura adequada, sinalização sonora e corrimão.
- Auditórios com rampas de acesso, local destinado a cadeirantes, cadeira de obeso, demarcação de degraus com piso tátil e sinalização das cadeiras especiais.
- Banheiros PNE com barra nas portas, chapa metálica, torneiras com alavanca longa.

A ESMPU também vem aperfeiçoando e implementando os seguintes mecanismos de acessibilidade para as atividades acadêmicas:

- Alteração no sistema de inscrição de forma a permitir que o aluno indique a necessidade de atendimento especial, assim será possível uma melhor preparação da Escola para atender esse aluno.
- Disponibilização permanente de telefone especial e, caso seja solicitado, de intérpretes de LIBRAS e de letores para assistência àqueles com deficiência auditiva ou visual.
- Capacitação de servidores em LIBRAS com a realização regular do curso “Deficiência auditiva e a língua brasileira de sinais”.
- Computadores com software que transforma texto em voz; com teclado ampliado e Braille e apoio para teclado, disponíveis na Biblioteca e no Laboratório.

5 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

5.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A Escola Superior do Ministério Público da União obedece aos dispositivos contidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16.9 (Depreciação, Amortização e Exaustão) e NBC T 16.10 (Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público), bem como no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e na Macrofunção 02.03.30 (Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações), do Manual SIAFI.

Em cumprimento ao disposto nos normativos supracitados e na Orientação Contábil nº 50/2010, da Auditoria Interna do Ministério Público da União, foi realizada a depreciação dos bens móveis registrados no Ativo Imobilizado pelo método das cotas constantes, observando os prazos de vida útil econômica do ativo e de valor residual, por conta contábil, definidos na referida Macrofunção.

Por sua vez, a depreciação dos bens imóveis da UPC, cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, foi registrada no SIAFI pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme planilha encaminhada pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU.

Quanto ao cálculo da amortização de ativo imobilizado e intangível, informamos que será utilizado o método das cotas constantes, observando-se a vigência contratual. Portanto, não foram amortizadas as aquisições de licenças de uso de software com vida útil indefinida, ou seja, que não possuem prazo contratual, em observância ao estabelecido no MCASP e na Orientação Contábil nº 20/2015, da AUDIN-MPU.

As avaliações e mensurações das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, do imobilizado e do intangível, foram efetuadas de acordo com o disposto na NBC T 16.10 e no MCASP, em especial, na Parte II (tópico 4 - Mensuração de Ativos e Passivos).

Em relação ao impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC no exercício de 2015, destacamos as seguintes variações patrimoniais e seus respectivos valores:

<i>Varição Patrimonial Diminutiva</i>	<i>Valor R\$</i>
Depreciação de Bens Móveis	495.854,42
Depreciação de Bens Imóveis	493,69
Total	496.348,11

<i>Varição Patrimonial Aumentativa</i>	<i>Valor R\$</i>
Reavaliação de Bens Imóveis	541.216,64
Total	541.216,64

5.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

O Sistema de informações de custos ainda não foi adotado nesta Unidade Jurisdicionada.

5.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 04/02/2016	PÁGINA 11
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	200234 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PUBLICO DA UNIAO
ORGAO SUPERIOR	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	-	-	- Despesas Orçamentárias	19.898.468,74	-
Ordinárias Vinculadas	-	-	Ordinárias	19.888.370,74	-
Educação	-	-	Vinculadas	10.098,00	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Educação	-	-
Operação de Crédito	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-
Alienação de Bens e Direitos Transferências	-	-	Operação de Crédito	-	-
Constitucionais e Legais Previdência Social (RGPS)	-	-	Alienação de Bens e Direitos Transferências	-	-
Doações	-	-	Constitucionais e Legais Previdência Social (RGPS)	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	10.098,00	-
Demais Recursos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Demais Recursos	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	-	-	- Transferências Financeiras Concedidas	3.967,48	-
Resultantes da Execução Orçamentária Cota	20.393.403,85	-	Resultantes da Execução Orçamentária Cota	-	-
Recebida	20.393.240,30	-	Concedida	-	-
Repasse Recebido Sub-repasse Recebido	-	-	Repasse Concedido Sub-repasse Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	20.393.240,30	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasse Devolvido Sub-repasse Devolvido	-	-	Repasse Devolvido Sub-repasse Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária Transferências	-	-	Independentes da Execução Orçamentária Transferências	3.967,48	-
Recebidas para Pagamento de RP Demais	163,55	-	Concedidas para Pagamento de RP Demais	-	-
Transferências Recebidas	-	-	Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	3.967,48	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	163,55	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	-	-	- Despesas Extraorçamentárias	1.755.191,60	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados Depósitos	2.269.810,27	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados Depósitos	-	-
Restituíveis e Valores Vinculados Outros	2.223.852,40	-	Restituíveis e Valores Vinculados Outros Pagamentos	1.728.687,70	-
Recebimentos Extraorçamentários	26.503,90	-	Extraorçamentários	26.503,90	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	19.453,97	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-			
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-			



EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 04/02/2016	PÁGINA 11
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	200234 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PUBLICO DA UNIAO
ORGAO SUPERIOR	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

Pagamento de Passivos Recebidos
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade	19.453,97	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Varição Cambial	-	-	Varição Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-	Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-	Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	Demais Pagamentos	-	-
Demais Recebimentos	-	-			
Saldo do Exercício Anterior	2.900.703,29	-	Saldo para o Exercício Seguinte	3.906.289,59	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.900.703,29	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.906.289,59	-
TOTAL	25.563.917,41	-	TOTAL	25.563.917,41	-



EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 04/02/2016	PÁGINA 11
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	200234 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PUBLICO DA UNIAO
ORGAO SUPERIOR	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários Receita	-	-	-	-
de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção Outras	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior Transferências	-	-	-	-
de Pessoas Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS Rec.	-	-	-	-
Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS Receitas	-	-	-	-
Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
RECEITA				



TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	200234 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PUBLICO DA UNIAO
ORGAO SUPERIOR	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito Operações de	-	-	-	-
Crédito Internas Operações de	-	-	-	-
Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens Alienação de	-	-	-	-
Bens Móveis Alienação de	-	-	-	-
Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior Transferência de	-	-	-	-
Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital Integralização	-	-	-	-
do Capital Social Resultado do Banco	-	-	-	-
Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional Dívida	-	-	-	-
Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam. Receita	-	-	-	-
Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
O	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT	-	-	19.898.468,74	19.898.468,74
TOTAL	-	-	19.898.468,74	19.898.468,74
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	426.333,00	426.333,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro Créditos	-	-	-	-
Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação Créditos	-	426.333,00	426.333,00	-
Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-



TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	200234 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PUBLICO DA UNIAO
ORGAO SUPERIOR	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 04/02/2016	PAGINA 11
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	19.601.344,00	19.690.404,00	18.412.265,89	16.698.216,58	16.698.216,58	1.278.138,11
Pessoal e Encargos Sociais	500.000,00	3.789.060,00	3.295.734,16	3.254.003,96	3.254.003,96	493.325,84
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	19.101.344,00	15.901.344,00	15.116.531,73	13.444.212,62	13.444.212,62	784.812,27
DESPESAS DE CAPITAL	1.279.000,00	2.379.000,00	1.486.202,85	976.399,76	976.399,76	892.797,15
Investimentos Inversões	1.279.000,00	2.379.000,00	1.486.202,85	976.399,76	976.399,76	892.797,15
Financeiras Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	20.880.344,00	22.069.404,00	19.898.468,74	17.674.616,34	17.674.616,34	2.170.935,26
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	20.880.344,00	22.069.404,00	19.898.468,74	17.674.616,34	17.674.616,34	2.170.935,26
TOTAL	20.880.344,00	22.069.404,00	19.898.468,74	17.674.616,34	17.674.616,34	2.170.935,26

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	155.556,13	1.167.406,52	790.024,41	790.024,41	211.339,58	321.598,66
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	155.556,13	1.167.406,52	790.024,41	790.024,41	211.339,58	321.598,66
DESPESAS DE CAPITAL	-	940.992,14	938.663,29	938.663,29	2.328,85	-0,00
Investimentos	-	940.992,14	938.663,29	938.663,29	2.328,85	-0,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	155.556,13	2.108.398,66	1.728.687,70	1.728.687,70	213.668,43	321.598,66



TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	200234 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PUBLICO DA UNIAO
ORGAO SUPERIOR	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 04/02/2016	PAGINA 11
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	53.557,44	-	-	-	53.557,44
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	53.557,44	-	-	-	53.557,44
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	53.557,44	-	-	-	53.557,44



TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	200234 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PUBLICO DA UNIAO
ORGAO SUPERIOR	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	17.748.785,38	-			
Bens Imóveis	17.749.516,32	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis (-)	-730,94	-			
Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	480.826,13	-			
Softwares	480.826,13	-			
Softwares	480.826,13	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind (-)	-	-			
Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	27.486.049,74	-	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27.486.049,74	-

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	3.906.289,59	-	PASSIVO FINANCEIRO	3.870.723,91	-
ATIVO	23.579.760,15	-	PASSIVO PERMANENTE	-	-
SALDO PATRIMONIAL			SALDO PATRIMONIAL	23.615.325,83	-

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	655.816,53	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	655.816,53	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	655.816,53	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	655.816,53	-



EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 04/02/2016	PÁGINA 11
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	200234 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PÚBLICO DA UNIÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-
Recursos Vinculados	35.565,68
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	35.565,68
TOTAL	35.565,68



EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 04/02/2016	PÁGINA 31
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	200234 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PUBLICO DA UNIAO
ORGAO SUPERIOR	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2.920.649,35	-
INGRESSOS	20.439.361,72	-
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária Receita de Contribuições Receita Patrimonial Receita Agropecuária Receita Industrial Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas		
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	20.439.361,72	-
Ingressos Extraorçamentários	26.503,90	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas Arrecadação de Outra Unidade	20.393.403,85	-
Variação Cambial	19.453,97	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-17.518.712,37	-
Pessoal e Demais Despesas	-17.028.293,30	-
Legislativo	-	-
Judiciário Essencial	-	-
à Justiça	-17.028.293,30	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-



EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 04/02/2016	PÁGINA 31
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	200234 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PUBLICO DA UNIAO
ORGAO SUPERIOR	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações Energia	-	-
Transporte Desporto e Lazer Encargos	-	-
Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna Juros e Correção Monetária da Dívida Externa Outros	-	-
Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal A	-	-
Municípios	-459.947,69	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Dispêndios Extraorçamentários	-459.947,69	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-30.471,38	-
Transferências Financeiras Concedidas Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior Transferência de Arrecadação para Outra Unidade Variação Cambial	-26.503,90	-
Valores Compensados	-3.967,48	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.915.063,05	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	200234 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PUBLICO DA UNIAO
ORGAO SUPERIOR	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.915.063,05	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos Outros	-1.524.062,67	-
Desembolsos de Investimentos	-391.000,38	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.005.586,30	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.900.703,29	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.906.289,59	-



EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 04/02/2016	PÁGINA 31
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	200234 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PUBLICO DA UNIAO
ORGAO SUPERIOR	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

VARIACIONES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIACIONES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	21.737.091,68	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições		
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	153,00	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	153,00	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	20.393.403,85	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	20.393.403,85	-
Transferências e Delegações Recebidas		
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	1.324.233,86	-
Transferências de Pessoas Físicas	541.216,64	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	229.839,80	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	553.177,42	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	19.300,97	-
Ganhos com Incorporação de Ativos Ganhos com Desincorporação de Passivos Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações Operações da Autoridade Monetária	-	-



EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 04/02/2016	PÁGINA 11
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	200234 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PUBLICO DA UNIAO
ORGAO SUPERIOR	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	19.300,97	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	19.457.177,77	-
Pessoal e Encargos	3.660.552,70	-
Remuneração a Pessoal	2.821.392,89	-
Encargos Patronais	428.476,35	-
Benefícios a Pessoal	277.751,85	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	132.931,61	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda Outros	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	14.423.813,02	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	566.712,47	-
Uso de Material de Consumo	13.360.752,44	-
Serviços	496.348,11	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos Juros e	-	-
Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	3.967,48	-
Aportes ao Banco Central	3.967,48	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Intragovernamentais Transferências	-	-
Intergovernamentais Transferências a Instituições	-	-
Privadas Transferências a Instituições	-	-
Multigovernamentais Transferências a Consórcios	-	-
Públicas Transferências ao Exterior	1.271.974,21	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes Outros	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	220,00	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.271.715,41	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	38,80	-



EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

EMISSÃO 04/02/2016	PÁGINA 11
-----------------------	--------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	200234 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PUBLICO DA UNIAO
ORGAO SUPERIOR	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Tributárias	24.959,08	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	855,04	-
Contribuições	24.104,04	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	71.911,28	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	71.911,28	-

RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	2.279.913,91	-
---	---------------------	----------

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014

6 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 Gestão de pessoas

Até o final de 2014 os serviços administrativos da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) ficavam a cargo de servidores dos ramos do Ministério Público da União, cedidos para a ESMPU por força do Art. 7º da Lei nº 9.628, de 14 de abril de 1998.

Em 24 de setembro de 2014 foi publicada a Lei nº 13.032, que criou o quadro próprio da ESMPU, com 203 cargos efetivos, sendo 117 Técnicos e 86 Analistas, bem como 36 cargos em comissão e 47 funções de confiança, e preservou 13 cargos em comissão e 3 funções de confiança criados pela Lei nº 9628/1998. O provimento desses cargos ficou condicionado à expressa autorização em anexo próprio da Lei Orçamentária Anual, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

A implementação da Lei nº 13.032/2014 teve início em dezembro de 2014, com a edição da Portaria ESMPU nº 112, de 22 de dezembro de 2014, publicada no DOU, seção 1, de 24/12/2014, que dispôs sobre o provimento de 14 cargos efetivos e da Portaria ESMPU nº 30, de 27 de março de 2015, publicada no BSMPU, nº 03, de março de 2015, com o provimento de 4 cargos em comissão.

Em 2015 foram providos 25,17% do total de cargos criados pela Lei nº 13.032/2014, atingindo a meta estipulada para o período.

O cronograma de implantação do quadro envolveu toda a estrutura da Escola e previu, entre outras ações, o mapeamento de funções e cargos efetivos, a dotação orçamentária, o quantitativo e perfil dos ocupantes dos cargos, a adequação de sistemas da Procuradoria Geral da República (PGR) para a realidade da ESMPU e as negociações e providências para elaboração da folha de pagamento, que ficou a cargo da PGR.

Qualificação da força de trabalho:

Dos servidores que ingressaram na Escola, 97% possuem nível superior completo nas diversas áreas de formação, sendo que, aproximadamente, 23% já concluíram algum tipo de pós-graduação.

A média de idade desses servidores é de 32 anos, sendo que 80% encontra-se entre 20 e 40 anos de idade, configurando-se em um grupo jovem, ainda com pouco tempo de contribuição para previdência, o que não impacta, de forma relevante, as políticas de reposição de força de trabalho, especificamente em relação a esse quesito.

Política de capacitação de pessoal

A capacitação da força de trabalho da ESMPU dá-se por meio do Levantamento de Necessidades de Treinamento, realizado pela área de Gestão de Pessoas, junto às Secretarias e Diretoria-Geral e implementada com a oferta de cursos, nas modalidades à distância e presencial: pela própria ESMPU no âmbito do MPU ou por instituições parceiras; de instrutoria interna (treinamentos e módulos desenvolvidos de acordo com as necessidades de cada área e ministrados por servidores públicos federais, mediante gratificação de encargos de cursos ou concursos – GECC); e de contratação de eventos externos no mercado (compras de vagas ou cursos *in company*).

No ano de 2015, foi alcançado o índice de 52,05 horas de capacitação por pessoa. O resultado atingido foi superior ao previsto (35 h), evidenciando o esforço da ESMPU em proporcionar capacitação permanente e continuada do quadro de servidores, gerando conhecimento e melhorando a qualidade dos serviços prestados pela instituição.

O critério adotado para cálculo de capacitação anual foi exclusivamente o de treinamentos institucionais, promovidos pelo Ministério Público da União, dividido pela força de trabalho.

Foram realizados, em 2015, 24 cursos, com a capacitação de 131 servidores. Destacam-se treinamentos específicos da área-fim, como Teoria e prática do design instrucional, Teoria e prática da docência on-line, Criação de conteúdo EAD – mobile, desktop e web, Formação presencial e desenho instrucional e Seminário Executivo EAD corporativo: Treinamento e Capacitação no setor público.

Acumulação de cargos:

No âmbito da ESMPU, a acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos é verificada no momento da posse. O candidato, nos procedimentos para posse, preenche formulário no qual informa:

a) se ocupa ou não cargo, emprego ou função pública em órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta das esferas, federal, estadual ou municipal;

b) se irá ou não acumular a remuneração do cargo efetivo com a remuneração do cargo, emprego ou função pública indicado, comprometendo-se, em caso de acumulação vedada, a entregar à Gestão de Pessoas da ESMPU, no prazo de 30 dias a contar da data da posse, cópia da publicação do ato de vacância relativo ao cargo ora ocupado ou cópia autenticada da rescisão do contrato de trabalho;

c) se participa ou não de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, e se exerce ou não o comércio, na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

Os processos de admissão dos servidores nomeados no ano de 2015 foram considerados regulares e legais pela Auditoria Interna do MPU (AUDIN) e pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Os quadros 16, 17 e 18 demonstram a força de trabalho da Escola Superior do Ministério Público da União, que ao fim do exercício de 2015, contava com a lotação efetiva de 96 servidores, distribuídos entre servidores com vínculo efetivo e cargos em comissão.

Quadro 18 – Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	203	35	36	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	203	35	36	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	203	35	36	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0

1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	8	8	0
4. Total de Servidores (1+2+3)		43	44	1

Fonte: Portal da Transparência; Sistema de Gestão de Pessoas e Lei 13032/2014

Obs. 1: A Lei Orçamentaria Anual, Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, em seu anexo V, autorizou o provimento, admissão ou contratação de 72 (setenta e dois) cargos, empregos e funções. Por determinação da administração superior ficaram assim distribuídos: 35 cargos efetivos, 14 cargos em comissão e 23 funções comissionadas.

Obs. 2: A vaga de analista de gestão pública ocupada pela servidora SUELI DA COSTA SOUZA, que solicitou vacância, a partir de 27/05/2015, foi preenchida em novembro de 2015, pelo candidato KLINGER HENRIQUE QUEIROZ DE SOUZA.

Quadro 19 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	20	14
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	0
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	14
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	8
4. Total de Servidores (1+2+3)	20	22

Fonte: Portal da Transparência; Sistema de Gestão de Pessoas e Lei 13032/2014

Obs. Considerados como área-fim, os lotados nas secretarias de Planejamento e Infraestrutura e Logística Educacional; área meio – Diretoria-Geral, Secretarias de Administração e de Tecnologia da Informação

Quadro 20 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	49	27	27	0
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	49	27	27	
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		1	19	
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		17	17	
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		1	1	
1.2.4. Sem Vínculo		8	8	
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	50	26	26	
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		3	3	
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		20	20	
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		3	3	
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	99	53	53	

Fonte: Portal da Transparência; Sistema de Gestão de Pessoas e Lei 13032/2014

Obs.1: Cargos em comissão – Criados pela Lei 13032/2014 – 36; Preservados pela Lei 13032/2014 – 13. Funções comissionadas – Criadas pela Lei 13032/2014 – 47; Preservadas – 3

Obs. 2: A Lei Orçamentaria Anual, Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, em seu anexo V, autorizou o provimento, admissão ou contratação de 72 (setenta e dois) cargos, empregos e funções. Por determinação da administração superior ficaram assim distribuídos: 35 cargos efetivos, 14 cargos em comissão e 23 funções comissionadas.

Obs. 3: O item servidores de carreira em exercício descentralizado é composto de servidores dos ramos do MPU, investidos em Cargos em Comissão ou Funções Comissionadas do quadro da ESMPU

6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 21– Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2015	1.513.749,60	29.387,35	170.723,47	70.272,65	198.813,67	0,00	0,00	18,95	0,00	1.982.965,69
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015	0,00	619.817,37	57.665,73	11.733,06	19.817,78	591,32	5.591,98	0,00	0,00	715.217,24
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	0,00	346.446,35	38.298,98	5.887,42	57.155,30	0,00	0,00	0,00	0,00	447.788,05
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	55.596,32	0,00	6.420,69	4.435,83	7.239,83	0,00	0,00	18,95	0,00	73.710,79
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema GPS

Nota 1: os valores acima descritos não apresentam as rubricas referentes ao ressarcimento de pessoal cedido com ônus a outros órgãos, acertos financeiros decorrentes de vacâncias de pessoal, inativos, pensionistas e pagamento de patronal.

Nota 2: O quadro próprio de pessoal da ESMPU foi implantado em abril de 2015, de acordo com a Lei nº 13.032/2014. Por este motivo não houve execução de despesas com pessoal no exercício de 2014.

6.1.3 Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal

O maior risco da gestão de pessoas na ESMPU está associado ao uso de sistemas que não atendem adequadamente às demandas institucionais.

A Escola utiliza, de forma compartilhada, os sistemas disponibilizados e gerenciados pela Procuradoria Geral da União – MPF. Ocorre que os acessos são limitados a determinadas funcionalidades, ocasionando a dependência, por parte da ESMPU, de que a equipe técnica daquela Procuradoria Geral proceda as alterações necessárias para alimentação da base de dados.

Esse risco está sendo minimizado com as constantes tratativas com o Secretário e equipe de Gestão de Pessoas da PGR, visando liberações de novas funcionalidades do Sistema.

Indicadores gerenciais sobre gestão de pessoas

Os indicadores sobre gestão de pessoas utilizados na ESMPU estão descritos e mensurados no item 2.5 deste relatório.

6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

- Contratação de pessoal de apoio

Quadro 22 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO						
UG/Gestão: 200234						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade <u>mínimo</u> exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014 (Contrato 01/2014)	Prestação de serviços terceirizados contínuos na área de apoio administrativo, de apoio operacional e de atividades auxiliares.	Mezan Comércio e Serviço Ltda (02.347.024/0001-47)	01/02/14	31/01/15	Ensino fundamental ou prática profissional no respectivo posto de trabalho	E
2015 (Contrato 07/2015)	Prestação de serviços terceirizados contínuos na área de apoio administrativo, de apoio operacional e de atividades auxiliares.	DR Conservação e limpeza LTDA (38.062.030/0001-03)	01/02/15	31/01/16	Ensino fundamental ou prática profissional no respectivo posto de trabalho	A
2014 (Contrato	Prestação dos serviços de limpeza, asseio e	Real JG serviços gerais Ltda	16/07/14	15/07/16	Ensino fundamental ou	P

17/2014)	conservação no edifício-sede da ESMPU e PR/DF.	(08.247.960/0001-62)			prática profissional no respectivo posto de trabalho
<p>Fonte:</p> <p><u>Contrato 01/2014</u></p> <p>Copeiragem: 8 Copeiras e 8 Garçons; Recepção: 24 Recepcionistas Reprografia: 02 Operadores de Fotocopiadoras Manutenção de bens móveis: 1 lavador de automóveis; Outros: 01 Encarregado geral; 02 contínuos; e 05 carregadores.</p> <p><u>Contrato 07/2015</u></p> <p>Copeiragem: 8 Copeiras e 8 Garçons; Recepção: 24 Recepcionistas Reprografia: 02 Operadores de Fotocopiadoras Manutenção de bens móveis: 1 lavador de automóveis; Outros: 01 Encarregado geral; 02 contínuos; e 05 carregadores.</p> <p><u>Contrato 17/2014</u></p> <p>Manutenção de bens imóveis: 19 serventes; Outros: 01 Encarregado geral.</p>					<p>Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).</p>

Unidade Contratante

Nome: Nome atribuído à unidade contratante, que pode ser a própria UPC ou unidade no seu contexto.

UG/Gestão: Código de identificação da unidade gestora e da gestão utilizada no caso da unidade contratante ser órgão da administração direta, executora do SIAFI.

Ano do contrato: Ano em que foi celebrado o contrato de prestação de serviços pela unidade contratante.

Objeto: Objeto da contratação

Empresa Contratada (CNPJ): Código no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da Receita Federal do Brasil da empresa contratada para o fornecimento de mão de obra terceirizada.

Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas: Datas de início e fim do contrato.

Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados: Indicação do grau de escolaridade mínimo exigido para o cargo contratado.

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

Análise Crítica:

Os serviços atendidos pelos Contratos 01/2014, 17/2014 e 7/2015 não constam das atividades atribuídas aos servidores do Ministério Público da União, não estando diretamente ligados às atividades finalísticas da Instituição. São serviços imprescindíveis à manutenção das condições necessárias ao bom funcionamento do edifício-sede da ESMPU.

- **Contratação de pessoal de Estagiários**

O Programa de Estágio no âmbito da Escola Superior do Ministério Público da União é regulamentado pela Portaria PGR/MPU nº 378 de 09 de agosto de 2010, alterada pelas Portarias nºs 576/2010, 101, 155 e 539 de 2011. O programa refere-se ao estágio não obrigatório, desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

Somente podem participar deste Programa os estudantes regularmente matriculados em instituições públicas ou privadas de ensino superior, credenciadas e previamente conveniadas com a ESMPU, que comprovam, no momento da inscrição no processo seletivo, a conclusão de, no mínimo, 40% da carga horária do curso.

As despesas com a contratação de estagiários para atender as necessidades da ESMPU são realizadas mediante dotação orçamentária própria, via repasse de recursos ao Ministério Público Federal, por meio do Protocolo de Cooperação celebrado entre o MPF e a ESMPU.

O quadro mensal autorizado de estagiários da Escola, é de 25 pessoas. No entanto, a quantidade máxima, não está efetivamente preenchida, em virtude do alto índice de rotatividade.

Comparativamente, no exercício de 2014, o quadro de estagiários em dezembro, possuía 24 vagas preenchidas, enquanto em 2015, o quadro de estagiários era de 22 estudantes.

Em relação aos recursos orçamentários, em 2014, o custo total com a contratação de estagiários foi de R\$ 219.851,67. Em 2015, os valores estão demonstrados, conforme o quadro abaixo:

Quadro 23 - Composição do Quadro de Estagiários 2015

Composição do Quadro de Estagiários – 2015

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	61	58	51	60	216.999,34
1.1 Área Fim	38	34	33	38	135.179,91
1.2 Área Meio	23	24	18	22	81.819,42
2. Nível Médio	0	0	0	0	0
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0
2.2 Área Meio	0	0	0	0	0
3. Total (1+2)	61	58	51	60	216.999,34

Fonte: Portal da Transparência; Sistema de Gestão de Pessoas

Análise Crítica

O quadro mensal de estagiários da ESMPU, é de 25 pessoas, totalizando 75 por trimestre.

O não preenchimento de todas as vagas, deve-se aos seguintes fatores: alto índice de rotatividade, em virtude da ampla oferta de vagas para estágio no DF, associado ao baixo índice de aprovação nos processos seletivos aplicados pela Escola Superior.

6.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura

6.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Quadro 24 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial da ESMPU

Localização geográfica		Quantidade de imóveis da união de responsabilidade da ESMPU	
Brasil	Localidade	Exercício 2013	Exercício 2014
	Brasília/Df	2	2
Subtotal		2	2
Imóveis situados na SGAS quadra 604, lotes 22 e 23, sendo que o lote 23 é de responsabilidade de dois órgãos, Escola Superior do Ministério Público da União e procuradoria da república no distrito federal, cabendo a ESMPU a fração ideal de 0,5561151 e 5.812,56m2 de área Construída. Fonte Spiunet.			
Exterior	Não se aplica à unidade jurisdicionada		

Quadro 25 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas
200234	970117449-500-7	13	2	Cz\$ 383,50	10/07/2015	121.427,71	
200234	970104706-500-3	13	5		10/07/2015	10.118.738,64	
Total							
Fonte: SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União.							

Análise Crítica:

A estrutura de controle e de gestão do patrimônio é gerenciada pelo SPIUnet e pelo SIAFI. A qualidade e a completude dos registros atendem às necessidades da Unidade Jurisdicionada.

6.3 Gestão da tecnologia da informação

6.3.1 Principais sistemas de informações

Quadro 26 - Principais sistemas de informações

Item	Sistema	Função
1	SIE – Sistema de Informação para o Ensino	Sistema tipo SIG (Sistema Integrado de Gestão) desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Maria-RS e comercializado pela empresa AVMB. O sistema contempla módulos de controle para as áreas acadêmica, planejamento e controle financeiro das atividades acadêmicas, compras, patrimônio, almoxarifado, protocolo, administração de recursos humanos (sem folha de pagamento), administração orçamentária e financeira, diárias e passagens, frota, gestão de informações gerenciais (BI) e de atendimento ao usuário.

Item	Sistema	Função
2	BADOC – Banco de Docentes	Sistema de cadastro das informações dos docentes que atuam na ESMPU.
3	SING – Sistema de Inscrição e Seleção.	Sistema responsável pelo recebimento de inscrições e seleção de participantes das atividades acadêmicas.
4	Moodle	Ambiente de Virtual de Aprendizagem em uso para ministração das atividades acadêmicas à distância. Possui licenciamento GPL.
5	Ocomon	Sistema de registro de cadastro, acompanhamento, controle e consulta de ocorrências de suporte da área TI. Possui licenciamento GPL.
6	GPWeb	Ferramenta para gerenciar projetos de software disponível no Portal do Software Público Brasileiro. Possui licenciamento GPL.
7	GitLab	Plataforma de gerenciamento de repositórios GIT. Possui licenciamento GPL.
8	Mediawiki	Ferramenta de Wiki. Possui licenciamento GPL.
9	Integra	Sistema que integra outros módulos desenvolvidos pela ESMPU e que fornece layout e interface a eles
10	phpLib	<i>Framework</i> PHP desenvolvida internamente para construções de sistemas e módulos web. O integra e seus módulos são construídos com base nesta <i>framework</i> .
11	Avaliação Institucional	Módulo de automação do processo de avaliação institucional.
12	Moodlexp	Módulo que exporta dados do sistema de seleção para o <i>Moodle</i> .
13	Impacto	Módulo de avaliação de impacto das atividades acadêmicas.
14	SiePHP	Módulo que permite integrar dados do SIE com as aplicações da <i>framework</i> .
15	Forma	Sistema construído para geração de formulários dinâmicos em ambiente <i>Plone/Zope</i> .
16	Plone/Zope	Sistema de gerenciamento de conteúdo web utilizado nos sites de Intranet e Internet. Possui licenciamento GPL.
17	Microsoft Active Directory	Sistema de compartilhamento de arquivos por meio dos serviços de rede local.
18	Oracle	Sistema de gerenciamento de banco de dados utilizado por sistemas aplicativos da escola.
19	Novell GroupWise	Sistema de correio eletrônico institucional.
20	Percona	Sistema de gerenciamento de banco de dados por sistemas aplicativos da escola.
21	SMVC	Framework de desenvolvimento de aplicações em linguagem PHP.
22	SiePHP	Módulo que permite integrar dados do SIE com as aplicações da <i>framework</i> .
23	GPS/Hórus	Sistema de cadastro de pessoal e folha de pagamento de membros e servidores. Sistema desenvolvido e mantido pela Procuradoria-Geral da República.
24	Grifo	Sistema de controle eletrônico da frequência de servidores. Sistema desenvolvido e mantido pela Procuradoria-Geral da República.
25	SIAFI	Sistema Integrado de Gestão Acadêmica e Administrativa. Sistema desenvolvido e mantido pelo Ministério da Fazenda e Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO.

6.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI

A ESMPU instituiu o Comitê de Tecnologia da Informação por meio da Portaria nº 118, de 14 de outubro de 2015. A primeira reunião do Comitê de Tecnologia da Informação ocorreu em 10 de novembro de 2015, ocasião em que foram discutidos temas relacionados à Estratégia de

Tecnologia da Informação, Indicadores de TI e Políticas de Tecnologia da Informação. A aprovação da Estratégia de Tecnologia da Informação e desdobramento em Plano Diretor de Tecnologia da Informação está prevista para ocorrer durante o primeiro semestre de 2016.

6.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

A Assessoria de Sustentabilidade da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) foi criada no segundo semestre de 2015 para promover o uso racional de recursos naturais, a proteção ambiental, a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável na execução das atividades da ESMPU.

Tem como escopo maximizar a eficiência nas contratações e aquisições ao adequar os contratos de serviços gerais, obras e serviços de engenharia, bem como ao aperfeiçoar as rotinas de trabalho com vistas a reduzir os impactos nos recursos ambientais e ecossistemas. Parte do trabalho é desenvolvido em parceria com a Procuradoria da República no Distrito Federal (PRDF), uma vez que ocupam o mesmo prédio, e é gerido por uma comissão gestora intitulada Grupo de Gestão Socioambiental (GESTO), que atua nas duas unidades, nas questões pertinentes às duas casas.

Durante o ano de 2015, a ESMPU participou da Agenda Ambiental da Administração Pública em conjunto com a PRDF. Para os próximos exercícios está prevista a inscrição da ESMPU na Agenda A3P.

O Plano de Logística Sustentável (PLS) da ESMPU foi elaborado para formalizar/acompanhar/incentivar novas ações sustentáveis que já vinham sendo empregadas nas atividades e promover outras.

O PLS abrange, dentre outros, os itens previstos no Decreto 7.746/2012. Em relação a estes, registrou-se o seguinte comportamento, que serão usados, a partir de 2016, para acompanhamento dos resultados alcançados com a implementação de ações sustentáveis:

Ações sustentáveis executadas na Unidade e seus resultados

- **Consumo de papel para impressão:** A ESMPU adotou a utilização de papel reciclado. Em 2015 foram utilizadas 640 resmas de papel branco e 333 de papel reciclado.
- **Copos descartáveis:** Está sendo estudada a possibilidade de substituir os copos de plásticos por copos de material biodegradável.
- **Cartuchos para impressão** – a ESMPU possui contrato de prestação de serviços de impressão corporativa, com isso reduziu significativamente o consumo de cartuchos. Em 2015 comprou apenas 16 cartuchos.
- **Energia elétrica** – o consumo de energia elétrica é contabilizado em todo o prédio, onde também funciona a PRDF e, conjuntamente, foi realizada uma campanha de racionalização de energia, em curso no 2º semestre de 2015. O consumo obteve o seguinte comportamento no ano de 2015: foram gastos 3913 KW de energia.
- **Água e esgoto** – O consumo de água é contabilizado em todo o prédio onde também funciona a PRDF e teve o seguinte comportamento em 2015: foram gastos 171.653 litros de água.
- **Coleta seletiva** - A coleta seletiva é realizada em conjunto com a PRDF e os resíduos são doados para cooperativas de catadores, com termo de compromisso firmado, conforme determina o Decreto nº 5.940/2006. A separação dos resíduos é incentivada nas salas, que possuem coletores específicos para cada tipo de resíduo. Dentre os objetos coletados incluem-se materiais eletrônicos. Estes também são doados para cooperativas que tenham certificação do GEA. Em 2015, foram coletados 1.402 sacos de material reciclável, compreendendo embalagens plásticas, papel, caixa de leite, suco, pote de iogurte, copo

descartável etc. e 4.331 sacos de materiais não reciclável, dentre esses, *marmitex*, pó de café, restos de comida, casca de fruta, dentre outros.

Análise Crítica:

A implementação de medidas sustentáveis sempre causa impactos positivos e a expectativa da ESMPU, ao criar uma assessoria de sustentabilidade, é que esses resultados sejam maximizados. Em relação ao ano de 2014 a ESMPU apresenta resultados positivos, uma vez que elaborou seu PLS, solicitou formalização de adesão a A3P, e está participando, mais ativamente, da comissão gestora – GESTO.

6.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

- **Compras** – A ESMPU participa de acordo de cooperação firmado com a Procuradoria da República no Distrito Federal (PRDF), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a Procuradoria Regional da República da 1ª Região (PRR1) e a Procuradoria Geral da República (PGR), que tem por objeto possibilitar as compras e contratações por meio de Registro de Preços, de forma compartilhada, com vistas a reduzir os custos com os processos licitatórios e conseguir preços mais vantajosos para a Administração Pública. Em 2015 foram contemplando os seguintes itens: Material de expediente, mobiliário, copos descartáveis biodegradáveis, água mineral, livros, combustível, carimbos, serviços de chaveiros, material de copa e cozinha e impressão corporativa.
- **Contratações sustentáveis**, os contratos que são geridos pela ESMPU, quais sejam, limpeza, telefonia móvel e apoio administrativo são contemplados com cláusulas de sustentabilidade, a exemplo do contrato de limpeza em que consta a obrigatoriedade de treinamento periódico em coleta seletiva para os funcionários que realizam a coleta dos resíduos.

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Quadro 27 – Deliberações do TCU atendidas

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
043.738/2012-5	2236/2014-TCU-Plenário	9.1	Ofício 0722/2014-TCU/SEFTI	08/09/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DICOM – Divisão de Compras e Contratos				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.1. Determinar, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aos órgãos e entidades que apresentaram falhas em suas publicações no DOU, listados nas tabelas 4 a 7 do relatório, que, no prazo de 180 dias, assegurem que as seguintes informações obrigatórias estarão presentes em suas futuras publicações no DOU, ou que, alternativamente, passem a publicar por meio do Sidec ou Sicon.</p> <p>9.1.1. Para avisos de licitação: número do processo, descrição do objeto e local de disponibilização do edital, com base na Lei Complementar 101/2001, art. 48-A, I e Lei 8.666/1993, art. 21, § 1º;</p> <p>9.1.2. Para extratos de contrato: número do processo, descrição do objeto, identificação do contratado (nome e CNPJ/CPF), valor, identificação do procedimento licitatório que deu origem à contratação, com base na Lei Complementar 101/2001, art. 48, parágrafo único c/c art. 48-A, I;</p> <p>9.1.3. Para extratos de dispensa ou de inexigibilidade: número do processo, descrição do objeto, identificação do contratado (nome e CNPJ/CPF), valor, fundamento legal específico e autoridade ratificadora, com base na Lei Complementar 101/2001, art. 48, parágrafo único c/c art. 48-A, I e Lei 8.666/1992, art. 26.”</p>				
Medidas adotadas e resultados obtidos				
As recomendações do TCU foram cumpridas na íntegra por esta Escola Superior do MPU, com a publicação de avisos de licitações, extratos de inexigibilidade e dispensa de licitações e extratos de contratos firmados pela ESMPU no DOU, por meio do Sidec/Sicon com todos os dados exigidos pelo TCU, e a inclusão do CNPJ das contratadas.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 024.406/2012-0	2901/2015 TCU - Segunda Câmara	1.8	Ofício 0349/2015 – TCU/Secex Administração	17/06/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
ESMPU – Escola Superior do Ministério Público da União				
Descrição da determinação/recomendação				
Recomendar à ESMPU que institua indicadores de desempenho com o objetivo de avaliar a eficácia, a eficiência e a efetividade de sua gestão.				
Medidas adotadas e resultados obtidos				
Conforme apresentado no item “Apresentação e análise de indicadores de desempenho” a ESMPU, no exercício de 2015, empreendeu esforços no sentido de implantar indicadores de desempenho para avaliar os resultados de sua				

gestão. O Plano de Desenvolvimento Institucional, atualizado em 2015 para o horizonte 2015-2019 instituiu indicadores de desempenho vinculados a cada uma das metas estratégicas. O PDTI, que se encontra em elaboração, também trará indicadores específicos de TI. Além disso, as quatro secretarias que compõe o organograma do órgão se empenharam em implantar, medir e analisar os dados apresentados pelos seus respectivos indicadores na área finalística, orçamentária, de pessoal, dentre outras. Também em 2015 foi ofertado um curso institucional para os servidores deste órgão com o intuito de apresentar a metodologia de indicadores de desempenho e sua importância para a gestão. Além disso a Escola oferece para todos os membros e servidores do MPU o curso de aperfeiçoamento “Construção de Indicadores de Desempenho, Monitoramento e Avaliação de Resultados na Administração Pública” com o objetivo de propor soluções para a implantação de indicadores de desempenho aplicáveis ao setor público; correlacionar as necessidades e atendimento dos serviços com os índices de produtividade; acompanhar o resultado dos indicadores da qualidade e do desempenho da empresa, dentre outros assuntos.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 022.247/2013-0	2383/2015 TCU - Plenário	1.7.2	Ofício 0592/2015 – TCU/Secex Administração	15/10/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
ESMPU – Escola Superior do Ministério Público da União				
Descrição da determinação/recomendação				
Recomendar à ESMPU que utilize indicadores que espelhem sua utilidade e mensurabilidade e venham acompanhados de explanação sucinta sobre as suas fórmulas de cálculo				
Medidas adotadas e resultados obtidos				
A determinação acima foi atendida no exercício de 2015 conforme pode ser observado no texto do item “Apresentação e análise de indicadores de desempenho”				

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadro 28 - Tratamento de recomendações do OCI

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	01/2015	2.1.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO			
Descrição da Recomendação			
“Valores do contrato nº 17/2014 constantes do aplicativo “sistema de Contratos” da página da AUDIN/MPU na Internet estão desatualizados”			
Providências Adotadas			
A ESMPU realizou o registro do Contrato nº 17/2014, firmado com a empresa REAL JG SERVIÇOS GERAIS LTDA, bem como dos seus três termos aditivos no site do AUDIN.			
Setor Responsável pela Implementação			

Núcleo de Análise Documental
Justificativa para o seu não Cumprimento
A unidade acatou a recomendação e providenciou a atualização dos dados.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Falha operacional, já solucionada.

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	01/2015	2.1.2.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO			
Descrição da Recomendação			
“Adoção de critério de adjudicação por preço global em licitação para registro de preços, ao invés de adjudicação por item” (2.1.2.1)			
Providências Adotadas			
A adoção da adjudicação por preço global seguiu a proposta apresentada no Termo de Referência nº 24/2014, e a justificativa apresentada pela área solicitante, aprovado pela Assessoria Jurídica da ESMPU, com fundamento no artigo 3º da IN SLTI-MPOG 02/2008 (alterada pela IN SLTI-MPOG nº 06/2013).			
Setor Responsável pela Implementação			
Divisão de Compras e Contratos			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Esta unidade acatou a recomendação da AUDIN, que será atendida nas próximas licitações.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>Trata-se de contrato firmado para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de infraestrutura para as atividades acadêmicas da ESMPU, como coffee-break, serviços de sonorização, equipamentos de áudio e vídeo, hospedagem, dentre outros. No caso em tela, a contratação de diversas empresas para prestação de serviços distintos ao atendimento do objeto significa individualizar a contratação de cada item, o que poderá levar a perda na economia de escala. Além disso, quando se fala em individualização de contratos no objeto em apreço, é preciso considerar o risco que essa segregação poderá acarretar à execução dos serviços, pois se trata da atividade diária e finalística da ESMPU. No modelo de contratação recomendado pela AUDIN, para a realização de cada curso terão que ser mobilizadas várias empresas, que terão que trabalhar em sintonia para que a atividade não sofra atrasos ou interrupções. Além do aumento significativo do volume de trabalho para viabilizar cada atividade acadêmica, o controle da qualidade dos serviços ficará prejudicado. O risco é muito elevado.</p>			

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	01/2015	2.1.2.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO			
Descrição da Recomendação			
“Itens de fiscalização e controle do Contrato nº 20/2015, firmado com a empresa TRIPS Passagens e Turismo Ltda. – Epp, em desacordo com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União” (item 2.1.2.2)			
Providências Adotadas			
A unidade já possui o controle recomendado pela AUDIN, uma vez que os documentos pertinentes encontram-se devidamente acostados ao Processo Acadêmico e devidamente registrados no sistema eletrônico INTEGRA mas, em atenção à recomendação, estão sendo realizados estudos para melhorar a forma de disponibilizar os documentos no processo de pagamento, sem contudo, gerar retrabalho e gasto excessivo com papel.			
Setor Responsável pela Implementação			
Divisão de Compras e Contratos e Secretaria de Logística e Infraestrutura Educacional			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Esta unidade cumpre as exigências apontadas pela AUDIN.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>O Contrato nº 20/2015, tem como objeto a prestação de serviços de suporte à infraestrutura das atividades acadêmicas da ESMPU, atividade-fim do órgão.</p> <p>Os atos de controle são executados pela área responsável, da seguinte forma:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) A Fatura/Nota Fiscal, devidamente atestada pelo gestor do contrato é encaminhada ao setor de pagamento, após a verificação da sua conformidade com relação aos serviços efetivamente prestados; 2) As informações, como relação de participantes, lista de frequência, com dados completos fidedignos dos participantes constam do Processo Acadêmico e do sistema eletrônico INTEGRA, da ESMPU. O processo acadêmico fica sob a guarda e responsabilidade da Divisão de Registro Acadêmico, área responsável pelo arquivamento dos procedimentos acadêmicos, de acordo com metodologias específicas e tabelas de temporalidades previstas em normativos do Ministério da Educação. 3) No processo de pagamento das faturas são informados o número de cada Processo Acadêmico da atividade que objetivou a demanda de serviço para a TRIPS, bem como o número do Edital regulatório do certame. 			

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	01/2015	2.1.2.3	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO			
Descrição da Recomendação			

<i>“Contratação de promoção de eventos por meio do Sistema de Registro de Preços” (item 2.1.2.3)</i>
Providências Adotadas
As justificativas apresentadas por esta unidade foram aceitas pela AUDIN, não restando providências a adotar.
Setor Responsável pela Implementação
Divisão de Compras e Contratos
Justificativa para o seu não Cumprimento
O Sistema de Registro de Preços foi adotado em função da justificativa apresentada pela área solicitante, aprovado por parecer da Assessoria Jurídica da ESMPU, em resumo: “A Administração optou pela contratação por meio do Sistema de Registro de Preços, em razão da dificuldade de se definir, com precisão, o quantitativo a se demandado para o exercício de 2015, hipótese legalmente admitida pelo inciso IV, do art. 3º, do Decreto 7892/2013.”
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não há providências a adotar

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	01/2015	5.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO			
Descrição da Recomendação			
<i>“Depósitos, em condições inadequadas, de bens em desuso, os quais estão sujeitos a infiltrações, ao obsolescimento e às intempéries climáticas (item 5.1.1)”</i>			
Providências Adotadas			
O setor responsável abriu o Processo Administrativo nº 1160/2015-23 para o desfazimento dos bens em desuso.			
Setor Responsável pela Implementação			
Núcleo de Patrimônio			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Esta unidade acatou as orientações da AUDIN e já tomou providências para desfazimento dos bens.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A falta de espaço físico no edifício-sede impossibilita o armazenamento adequado dos bens. As providências para reforma do depósito e desfazimento dos bens em desuso foram adotadas e encontram-se em andamento. A AUDIN aceitou as justificas prestadas pela unidade e irá monitorar a implementação das ações nas próximas auditorias.			

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	01/2015	5.1.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO			
Descrição da Recomendação			
<i>“Falta de plaqueta/etiqueta com o número do registro patrimonial em microfones” (item 5.1.2)</i>			
Providências Adotadas			
As colas utilizadas para afixação, nos microfones, das plaquetas de alumínio com o número patrimonial não foram eficientes devido ao formato e a grande utilização do bem. Contudo foi iniciado processo de compra de equipamento de gravação de número de patrimônio para ser utilizado nesse tipo de bem.			
Setor Responsável pela Implementação			
Núcleo de Patrimônio			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Esta unidade acatou a orientação da AUDIN e providenciou a aquisição do equipamento para gravação do número de patrimônio.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As providências foram adotadas pela unidade.			

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	01/2015	5.1.3	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO			
Descrição da Recomendação			
<i>“Armazenamento de aparelhos telefônicos antigos, sujeitos a obsolescência, nos armários/gavetas/estantes” (5.1.3)</i>			
Providências Adotadas			
A unidade responsável pelo aparelho telefônico pat. nº 3874 e pelo notebook nº 4069 procedeu a devolução dos mesmos para Núcleo de Patrimônio e estes, por estarem obsoletos, foram incluídos no Processo nº 1160/2015-23 que trata de doação de bens sem utilização.			
Setor Responsável pela Implementação			
Núcleo de Patrimônio			

Justificativa para o seu não Cumprimento
Esta unidade cumpriu a recomendação da AUDIN.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
A unidade irá implementar ação para conscientizar os servidores quanto à necessidade de devolver os itens em desuso ao setor competente.

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	01/2015	5.2.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO			
Descrição da Recomendação			
<i>“Observar as disposições do item 5.10 e 5.11 da ABNT 12693:2010, colocando um extintor na parte externa da sala, próximo à entrada” (5.2.1)</i>			
Providências Adotadas			
Visando atender às solicitações da AUDIN, foram remanejados alguns extintores para próximo das entradas principais da edificação, atendendo ao disposto no item 5.10 da ABNT 12693:2010.			
Em relação às áreas fechadas e de risco, foram colocados extintores no lado externo dessas salas, respeitando as distâncias máximas a serem percorridas, conforme a exigência do item 5.11 da ABNT 12693:2010.			
Setor Responsável pela Implementação			
Divisão de Serviços Administrativos			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Esta unidade cumpriu as recomendações da AUDIN			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
No período de realização da Auditoria os extintores haviam sido remanejados para reforma do espaço. Atualmente os extintores se encontram nos devidos lugares.			

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	01/2015	5.2.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO			
Descrição da Recomendação			
<i>“Persistência de infiltrações nas paredes e pilares do Almoxarifado, as quais já foram objeto de recomendação do Relatório de Auditoria nº 22/2014” (item 5.2.2)</i>			
Providências Adotadas			
O projeto para contratação e execução de obra de escavação de solo, recuperação e impermeabilização das cortinas do subsolo do edifício, de maneira a corrigir o problema de infiltração em todo o perímetro da edificação já foi licitado e o contrato já foi assinado. Tal obra será executada pela PRDF, que ocupa o edifício em conjunto com a ESMPU. Dessa forma, as providências para sanar o problema foram adotadas.			
Setor Responsável pela Implementação			
Divisão de Serviços Administrativos			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A unidade acatou a recomendação e está providenciando a reforma do local.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O depósito se localiza no subsolo, local sujeito a infiltrações. Para solucionar o problema foi necessário contratar empresa especializada para executar uma obra de escavação das imediações e impermeabilização das paredes. A contratação dependia de disponibilidade orçamentária, por isso só foi possível realizar a licitação no final de 2015. A obra está prevista para 2016.			

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	01/2015	5.2.3	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO			
Descrição da Recomendação			

*“Quantidade excessiva de material bibliográfico em estoque sem a devida destinação, sujeito à obsolescência”
(item 5.2.3)*

Providências Adotadas

As publicações editadas pela ESMPU objetivam reunir e disseminar conhecimentos relevantes para qualquer dos ramos do Ministério Público da União, produzidos por seus membros ou servidores ou, ainda, por pessoas alheias a seus quadros. A distribuição é gratuita e tem como público-alvo os membros e servidores dos quatro ramos do MPU, as bibliotecas das procuradorias e dos tribunais superiores, as bibliotecas de universidades públicas. Além desses, a ESMPU mantém estoque para atender os membros e servidores em cursos de ingresso e vitaliciamento, de especialização, de aperfeiçoamento ou de programas de formação, entre outros, e à toda a comunidade acadêmica da ESMPU, às demandas eventuais em eventos de natureza acadêmica e treinamento dos ramos do MPU, ao suporte na participação da ESMPU em feiras de livros e congressos não promovidos por ela, e para doações a instituições estrangeiras em visita à ESMPU e a instituições parceiras/conveniadas.

Diante disso, ao editar uma publicação, a ESMPU considera a pertinência, a perenidade e a abrangência do tema para definir a tiragem em relação ao público-alvo e ao percentual de estoque para atender as demandas eventuais.

No que diz respeito à publicação 3468 As Constituições Brasileiras, informa-se que esta foi doada à ESMPU pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP) por ocasião de atividade de grande porte promovida pela Escola em parceria com essa instituição.

A tiragem-padrão das obras da ESMPU atualmente é de 3.500 exemplares, com estoque de, no máximo, 200 exemplares após distribuição ao público-alvo regular.

Setor Responsável pela Implementação

Secretaria de Infraestrutura e Logística Educacional

Justificativa para o seu não Cumprimento

A AUDIN considerou satisfatórias as informações prestadas pela unidade.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	01/2015	5.2.4	

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Descrição da Recomendação

“Armazenamento de materiais de almoxarifado em contato direto com as paredes, sujeitos a deterioração” (item 5.2.4)

Providências Adotadas

Trata-se, na maior parte, de materiais em desuso já destinados para doação. Os materiais já foram retirados do contato direto com as paredes e foram acondicionados em local apropriado.

Ressaltamos que todos os materiais que ainda estão em condições de uso foram devidamente guardados no arquivo usado para este fim específico e os que estão em desuso foram encaminhados para desfazimento.

Setor Responsável pela Implementação

Núcleo de Material

Justificativa para o seu não Cumprimento

A unidade atendeu as recomendações da AUDIN.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

A falta de espaço físico no edifício-sede impossibilita o armazenamento adequado desses materiais. As providências para reforma do depósito foram adotadas e encontram-se em andamento. A AUDIN aceitou as justificas prestadas pela unidade.

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	01/2015	5.2.5	

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Descrição da Recomendação

“Compra em grande quantidade de material de informática que não está sendo utilizado (item 5.2.5)”

Providências Adotadas

Trata-se de lote de pendrives, destinados a armazenar e disseminar conteúdo didático para os cursos de ingresso e vitaliciamento de membros do MPU, de especialização, de aperfeiçoamento ou de programas de formação, entre outros. Bem como para atender ao corpo acadêmico (capacitadores, discentes, orientadores pedagógicos, pesquisadores, conteudistas, tutores, orientadores e avaliadores de trabalho de conclusão de curso-TCCs).

Destinam-se, ainda, a compor kits institucionais a serem entregues a autoridades nacionais e estrangeiras. O material é solicitado ao longo do ano letivo conforme planejamento pedagógico ou em caso de visitas que justifiquem a entrega de kit institucional.

A confecção de lote de pequena quantidade encareceria sobremaneira o custo do material.

Setor Responsável pela Implementação

Núcleo de Material e Secretaria de Infraestrutura e Logística Educacional

Justificativa para o seu não Cumprimento

A AUDIN acatou as justificativas apresentadas pela unidade, não há providências a adotar.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não há providências a adotar.

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	01/2015	6.1	

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Descrição da Recomendação

“Ausência de registros, nas ASVs, de informações de preenchimento obrigatório, deixando prejudicados o controle da utilização de veículos oficiais e a verificação da regularidade nos pagamentos de indenizações adicionais por trecho de que trata o art. 1º, §1º, incisos I e II da Portaria PGR nº 41/2014” (item6.1).

Providências Adotadas

O novo Sistema de controle de veículos por meio eletrônico – ASV’s Eletrônico – está em fase final de implantação e exigirá, para requisição de veículos oficiais, o devido preenchimento de informações obrigatórias. Esse novo sistema facilitará o controle sobre a utilização destes veículos.

Setor Responsável pela Implementação

Núcleo de Transporte

Justificativa para o seu não Cumprimento

As providências serão adotadas pela unidade.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

A Falta de um sistema de gerenciamento de frota dificulta o controle. A unidade está desenvolvendo um sistema para essa finalidade e espera, assim, solucionar o problema.

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	01/2015	6.2	

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Descrição da Recomendação

“Providenciar para que a informação sobre o consumo médio por veículo seja implementada e disponibilizada no Mapa de Controle dos Veículos da Unidade” (item 6.2).

Providências Adotadas

Durante a visita da AUDIN na unidade, o gestor do contrato de fornecimento de combustíveis enfrentou dificuldades na geração dos relatórios que explicitassem a média de consumo de combustíveis pelos veículos oficiais que atendem a ESMPU. Contudo esse controle já existia na época. Hoje, com o intuito de melhorar as informações, são utilizadas duas fontes de dados, o site da fornecedora de combustíveis e o SIE (sistema informatizado que atende à EMSPU)

Setor Responsável pela Implementação

Núcleo de Transporte

Justificativa para o seu não Cumprimento

A exigência é cumprida pela unidade, conforme demonstrada à AUDIN, que considerou a recomendação atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não há providências a adotar.

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	01/2015	6.3	

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Descrição da Recomendação

“ASV’s sem o devido preenchimento do campo finalidade e em desacordo com o artigo 7º da Portaria 513/2003 (item 6.3).

Providências Adotadas

O novo Sistema de controle de veículos por meio eletrônico – ASV’s Eletrônico – está em fase final de implantação e exigirá, para requisição de veículos oficiais, o devido preenchimento de informações obrigatórias. Esse novo sistema facilitará o controle sobre a utilização destes veículos.

Setor Responsável pela Implementação

Núcleo de Transporte

Justificativa para o seu não Cumprimento

As providências serão adotadas pela unidade.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

A Falta de um sistema de gerenciamento de frota dificulta o controle. A unidade está desenvolvendo um sistema para

essa finalidade e espera, assim, solucionar o problema

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	01/2015	6.4	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO			
Descrição da Recomendação			
<i>“Registro de quilometragem discrepante com a distância percorrida no trajeto ESMPU/PGR/ESMPU, no dia 5/1/2015, realizado com o veículo Zafira – Placa JFQ 5105” (item 6.4)</i>			
Providências Adotadas			
<p>O setor responsável pela gestão do uso dos veículos oficiais da ESMPU fez um levantamento de informações para identificar o que poderia ter causado a discrepância indicada pela AUDIN e foi contatado que houve um erro de preenchimento nas ASV's, fato que causou essa distorção no registro da quilometragem percorrida pelo veículo citado.</p> <p>Conforme dito nos itens 13 e 15, o novo Sistema de controle de veículos por meio eletrônico – ASV's Eletrônico – está em fase final de implantação e exigirá, para requisição de veículos oficiais, o devido preenchimento de informações obrigatórias. Esse novo sistema facilitará o controle sobre a utilização destes veículos.</p>			
Setor Responsável pela Implementação			
Núcleo de Transporte			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A unidade acatou a recomendação da AUDIN e irá cumprir a recomendação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A Falta de um sistema de gerenciamento de frota dificulta o controle. A unidade está desenvolvendo um sistema para essa finalidade e espera, assim, solucionar o problema			

7.3 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A UPC condiciona seus pagamentos à entrega dos bens e/ou serviços de acordo com o cronograma de pagamentos estabelecido em cada contrato firmado entre esta e seus fornecedores.

7.4 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Não foram firmados contratos com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamentos no exercício.